

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

HERNANDO DIAZ LLITERAS

**CICLOS ECONÔMICOS, ALIANÇAS POLÍTICAS E ELEIÇÕES NA ARGENTINA  
(2003-2019)**

RIO DE JANEIRO  
2021

HERNANDO DIAZ LLITERAS

**CICLOS ECONÔMICOS, ALIANÇAS POLÍTICAS E ELEIÇÕES NA ARGENTINA  
(2003-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Linha de pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Fernandes Veiga  
Coorientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Fernando Quintana

RIO DE JANEIRO  
2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

HERNANDO DIAZ LLITERAS

**CICLOS ECONÔMICOS, ALIANÇAS POLÍTICAS E ELEIÇÕES NA ARGENTINA  
(2003-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Comportamento Político e Eleitoral.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de Janeiro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Fernandes Veiga (Orientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof.º Dr. Fernando Quintana (Co-orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof. Dr. Manuel Gonzalo Casas (Membro avaliador externo)

Universidade Nacional de Tucumán

---

Profa. Dra. Cristiane Batista (Membro avaliador interno)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2021

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha orientadora Professora Luciana Veiga e a meu coorientador Professor Fernando Quintana pela constante ajuda e compreensão, num ano muito difícil. Também, meu agradecimento se deve pelos textos indicados, pelos comentários, pelo acompanhamento e as várias leituras que fizeram desta dissertação. Vocês tiveram uma grande paciência, compreensão e acreditaram em mim, muito obrigado.

Meu agradecimento ao Programa de Ciência Política da UNIRIO pela compreensão e ajuda permanente. Em nome do Coordenador da Pós-graduação, Felipe Borba, quero agradecer a todos os professores pelo afeto junto a excelência acadêmica.

Quero agradecer a minhas amigas Lara Fazzolari, Adriana Nickel Lourenço, Carolina Aires de Castro, Carolina Solis e a meu amigo Anselmo Rodrigues pela ajuda para ingressar ao mestrado e no cursado.

Também, quero agradecer à minha família: minha mãe Carolina, meus irmãos Maria Sol e Diego, meus cunhados Javu e Sole e minhas sobrinhas Jazmin e Lola pelo apoio constante no dia a dia. Com eles e junto a meu pai passamos por várias crises que o trabalho analisa. Também a meus avós.

Finalmente, agradecer a meu pai por enfrentar tantas crises com sua paixão pela política inalterável.

## RESUMO

DIAZ LLITERAS, Hernando. **Ciclos econômicos, alianças políticas e eleições na Argentina (2003-2019)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

O trabalho analisa os ciclos econômicos acontecidos na República Argentina, suas crises e impactos na estrutura econômica, social e política como assim também no nível das eleições nacionais para presidente durante o período 2003-2019. Cada ciclo econômico começa com o triunfo eleitoral: um partido político chega ao poder, trazendo consigo um plano econômico, pautado por valores, e uma coalizão de apoios para sustentar o seu governo. Com o tempo, surgem turbulências econômicas que provocam perda de confiança. O desenvolvimento da crise impõe desafios ao modelo econômico e à coalizão de sustentação. Agrava a situação, a rejeição popular às medidas econômicas. O sistema de relações de poder se enfraquece, a aliança governante se desfaz e torna a política menos estável. A coligação opositora fortalece-se. Finalmente, a consequente derrota do governo nas urnas abre um novo ciclo até a sua próxima crise. Buscamos explicar e descrever estes processos no período de 2003-2019 a partir das duas coligações que surgiram na Argentina e com argumentos competitivos das ciências sociais, explicações sobre a força dos atores sociais, as coligações, a estrutura do Estado, as ideologias e contexto internacional. De fato, só quando as explicações são adotadas com ordem pode-se alcançar certa precisão a respeito de uma realidade desordenada.

Palavras-chave: ciclos econômicos; crises; alianças políticas; voto econômico.

## ABSTRACT

DIAZ LLITERAS, Hernando. **Economic cycles, political alliances, and elections in Argentina (2003-2019)**. Master's Dissertation. Graduate Department of Political Science, Federal University of Rio de Janeiro, 2021.

The dissertation analyzes the recurrent business cycles that have been taking place in the Argentine Republic, its crises and impacts on the economic, social, and political structure as well as on national elections for president during the period 2003-2019. Each economic cycle begins with the electoral triumph: a political party comes to power, bringing with it an economic plan, guided by values, and a coalition who support its government. Over time, economic turbulences arise that cause loss of confidence. The development of the crisis poses challenges to the economic model and the support coalition. It aggravates the situation, the popular rejection of economic measures. The system of power relations weakens, the governing alliance breaks up and makes politics less stable. The opposing coalition is strengthened. Finally, the consequent defeat of the government at the polls opens a new cycle until its next crisis. We tried to explain and describe these processes in the period 2003-2019 from the two coalitions that emerged in Argentina and with competitive arguments from the social sciences, explanations about the strength of social actors, the coalitions, the structure of the State, the ideologies, and the international context. In fact, only when explanations are adopted in order can a certain precision be reached regarding a disorderly reality.

Keywords: business cycles; crises; political alliance; economic voting.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Gráfico 1	Contas nacionais anuais em dólares. Produto Interno Bruto (PIB) total anual por habitante a preços constantes em dólares (Dólares por habitante) .....	59
Gráfico 2	Setor externo. Saldo em conta corrente como porcentagem do produto interno bruto (%) .....	60
Gráfico 3	Taxa de crescimento anual do índice de preços ao consumidor (%)	61
Gráfico 4	Como você classificaria a situação econômica do país? Você diria que é?.....	62
Tabela 1	Voto na eleição presidencial de 2015 governo oposição por avaliação retrospectiva individual.....	66

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	10
<b>1</b>	<b>DAS ALIANÇAS POLÍTICAS NA ARGENTINA: BREVE HISTÓRICO.....</b>	17
1.1	Alianças Políticas.....	17
1.2	Ciclos econômicos e políticos.....	24
<b>2</b>	<b>GOVERNO NACIONAL E POPULAR (2003 - 2015) .....</b>	31
2.1	Fase ascendente do ciclo.....	31
2.2	Crise de 2008.....	37
<b>3</b>	<b>A ALIANÇA CAMBIEMOS (2015 - 2019) .....</b>	45
3.1	Fase de descendente do ciclo.....	45
3.2	Crise.....	48
<b>4</b>	<b>ELEIÇÕES E VOTO ECONÔMICO NA ARGENTINA (2003 - 2019)</b>	56
4.1	O voto econômico.....	56
4.2	O voto econômico na Argentina.....	58
4.2.1	O contexto econômico em números.....	58
4.2.2	A economia e a opinião pública.....	61
4.2.3	A revisão da literatura sobre o voto econômico.....	63
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	69
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	75

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os ciclos econômicos acontecidos na República Argentina, suas crises e impactos na estrutura econômica, social e política como assim também no nível das eleições durante o período 2003 – 2019<sup>1</sup>. Neste sentido, o foco se coloca nas crises econômicas e suas consequências respeito a dois pontos: em primeiro lugar, como repercutem nas frações que compõem o bloco no poder e a configuração de suas alianças – coalizões – e por outro lado, os impactos na população na hora de votar para presidente (voto econômico).

O objetivo é captar alguns aspectos da realidade social que podem servir de ponto de partida para estudos subsequentes sobre os impactos dos fatores políticos nas mudanças econômicas e sociais, bem como as interações entre todas essas dimensões.

Partindo das crises econômicas argentinas –que atuam como ponto de partida das mudanças que se transmite a outras estruturas– são analisadas as opções políticas que surgem na sociedade de forma a enfrentá-las. Os atores sociais, ante as mencionadas crises, elaboram como respostas "opções de planos econômicos" que atendem a seus interesses, ou, nos termos de Poulantzas, as diferentes frações de classe que compõem o bloco no poder desenham seus pacotes de medidas econômicas. Porém, de todas as opções que surgem e competem entre si, apenas uma pode se materializar e se tornar a “resposta” que vai ser implementada pela aliança governante de turno, durante os governos nacionais do período 2003-2019. Essa escolha surge da política e uma vez tomada, torna-se um paradigma, com o qual o ciclo se fecha até a próxima crise –que não demora a chegar e colocar tudo novamente em discussão– (GOUVERITCH, 1993).

As coligações que elaboram os pacotes econômicos e que se revezam no poder do Estado são duas: a nacional e popular ou defensiva e a ortodoxa ou neoliberal. Essas lutas de coalizões acontecem dentro do estado, que é entendido do ponto de vista relacional, como um locus onde as diferentes frações que compõem o bloco não-poder se confrontam para obter seus objetivos econômicos, mas também políticos, ideológicos e de influência (POULANTZAS, 1985).

Partimos das crises, analisamos seus primeiros efeitos: as repercussões na composição do bloco no poder, o seja, como as distintas frações de classe que constituem o bloco no poder

---

<sup>1</sup> Se estabeleceu como referencial teórico, sobretudo, Peter Gourevitch (1993), Guillermo O'Donnell (1972, 1997, 2001, 2004), Marcelo Diamand (1972, 1973, 1983), Nico Poulantzas (1985, 1977, 1982), Kaufman, Robert R (1985) e Ratto (2013, 2011, 2015, 2017, 2018, 2020).

configuram e reconfiguram suas alianças de acordo com as turbulências econômicas. Uma propriedade desses grupos é que mudam rapidamente suas alianças quando a situação econômica se modifica (na verdade, a grande burguesia industrial é o principal ator que oscila entre as duas coligações para se colocar sempre na aliança governante (O´ DONNELL, 1997).

Buscaremos identificar as causas e consequências da escolha de determinado plano econômico e não de outro enquanto resposta da administração central do estado em fase dos ciclos econômicos. Sabemos que tal decisão beneficia setores em detrimento de outros. Frações do poder, ao serem vencedoras, conseguem seus objetivos. Atores sociais ausentes da coligação governante, por sua vez, precisam se confrontar com a dura realidade de perdas de representação de interesses. Assim, na história argentina destaca-se a existência de um jogo de soma zero e de busca de vantagem a curto prazo nas relações entre coalizões. Por isso os conflitos entre elas são cada vez mais impetuosos. (O´ DONNELL, 1997).

Nesse sentido, para entender essa dinâmica o ciclo econômico é dividido em duas fases: ascendente e descendente, e os objetivos e interesses em jogo são modificados pela realidade econômica que surge de acordo com cada fase.

Existe uma ligação forte entre as fases ascendente e descendente e as políticas econômicas adotadas pelo estado argentino. Assim, em geral, ao começar a fase ascendente do ciclo, o poder do Estado se encontra nas mãos da coalizão nacional e popular. Geralmente, esta situação configura-se a partir de uma profunda recessão e inadimplência internacional, produto de políticas neoliberais da coalizão ortodoxa no período prévio (DIAMAND,1973). Exemplos de começo destas fases são os anos 2003 e 2019, quando o peronismo venceu as eleições como respostas às políticas neoliberais aplicadas no período prévio e suas crises consequentes.

Em outras palavras, a sociedade ante as típicas crises que provocam os planos neoliberais, opta por colocar no governo ao peronismo para expandir a demanda agregada, alcançar o pleno emprego e uma distribuição de renda mais justa (O´ DONNELL, 1997) (DIAMAND, 1983) (SCALETTA 2017).

As crises que provocam os planos ortodoxos junto à inadimplência internacional trazem como consequências a ativação do controle vertical que exerce a sociedade argentina mediante protestos do setor popular e da pequena indústria urbana (O´ DONNELL 1997 e RATTO 2020). A aliança Nacional e Popular consegue se fortalecer a partir da opinião pública, mas, também pelas oscilações que aparecem no bloco no poder. É recorrente que a grande burguesia deixe sua coligação ortodoxa e se incorpore à aliança popular para atingir o governo e, como

consequência, aplicar um plano de incentivos a economia que, permite obter grandes benefícios (O'DONNELL, 1997). Isto marca um contraste com a fase descendente.

Seguindo a linha do tempo do parágrafo anterior os governos da coligação nacional e popular acontecem na fase ascendente. Porém, também se caracterizam por desenvolver crises na balança de pagamento por falta de divisas, como consequência dos impulsos na demanda agregada e do crescimento desproporcional das importações (a causa destes desequilíbrios resulta de uma estrutura produtiva desequilibrada do país). (DIAMAND, 1973). Em outras palavras, a coligação nacional e popular com seus programas de crescimento econômico produz aumento de importações, restrição externa e crises na balança de pagamentos. Isto, por sua vez, provoca, entre outros efeitos: a queda na produção, a desvalorização da moeda e inflação. As soluções típicas que aplicam estes governos são: os controles de câmbios, de preços e restrições as importações. Por conseguinte, dados os prejuízos que trazem as medidas econômicas, a coligação se enfraquece também, aparece a rejeição popular. Nesse ponto a aliança no governo é substituída pela aliança ortodoxa (mediante as eleições presidenciais). Exemplo disto, foi o ano 2015 com o governo da Aliança Cambiemos, que levou a Mauricio Macri a ser presidente.

Ao chegar ao poder do estado, os governos ortodoxos aplicaram programas de ajuste econômico e iniciam a fase descendente do ciclo. Também, recorrem aos créditos internacionais. As duas medidas se tomam como solução principal para os problemas herdados da balança de pagamentos e os déficits orçamentários. Na história argentina, esses pacotes parecem ter sucesso em um primeiro momento. Porém, depois de um tempo, o programa econômico ortodoxo leva o país a recessão a qual é interpretada por seus defensores como um passo, um sacrifício a ser assumido para produzir o decolar da economia. Mas, essa decolagem nunca chegou a acontecer até agora. Neste ponto, configurada a dificuldade de pagar os créditos internacionais e a recessão profunda, a aliança governante perde apoio popular e das frações que compõem o bloco no poder (O'DONNELL, 1997 e DIAMAND 1973, 1983).

O enfraquecimento da aliança ortodoxa acontece ao mesmo tempo que o setor popular começa a ter mais força a causa dos seus acordos com a pequena burguesia industrial urbana. Estes atores procuram um plano que permita melhorar a situação ante a crise dos planos econômicos neoliberais. O setor popular e os pequenos industriais, que produzem para o mercado interno, se organizam e se mobilizam com a articulação do peronismo para a volta de um plano de incentivo da demanda agregada, que permita o crescimento do mercado interno (O'DONNELL, 1997). Neste sentido, a recessão induzida junto ao equilíbrio na balança de

pagamentos (que ocasionam os planos neoliberais) fazem nascer a possibilidade real de voltar aos programas expansivos que possibilitem o crescimento da economia.

Por outro lado, as crises também exercem sua influência sobre os cidadãos e nas eleições para presidente. O referencial teórico que emerge da obra de Maria Celeste Ratto<sup>2</sup> mostra como as crises influenciam os cidadãos na hora de votar.

Assim, quando a população consegue vincular a crise econômica com um candidato (por exemplo, o caso do ex-presidente Mauricio Macri em sua candidatura à reeleição em 2019) o voto econômico exerce notória influência sobre o eleitorado. A crise de 2018 evidenciou a debilidade da aliança ortodoxa e provocou sua derrota nas eleições nacionais de presidente de 2019. Com isto a aliança popular chegou ao poder e se iniciou uma nova fase ascendente ou ciclo da ilusão<sup>3</sup>.

Da mesma forma, quando o crescimento econômico está vinculado ao candidato que pretende a reeleição, o voto econômico também tem influência inegável. Por exemplo, no caso das eleições de 2007 e 2011 quando o casal Kirchner atingiu sua reeleição em momentos de expansão econômica.

O trabalho está estruturado em torno do eixo: a) crise econômica: coligação governante se enfraquece, aparece a rejeição da população, fim do paradigma econômico b) Com as eleições nacionais para presidente: os cidadãos podem escolher entre distintas opções de políticas econômicas elaboradas pelas coligações que compõem o bloco de poder; b) resposta do eleitor nas eleições a presidente e cambio de governo; c) surge um novo governo com sua coalizão de apoio que elabora um novo pacote econômico até a próxima crise.

Enquanto principais resultados, o que este trabalho mostra é que os planos econômicos das duas coalizões pecam em não resolver a estrutura econômica desequilibrada da economia argentina, ao se restringirem a mirar em objetivos de curto prazo. Isto se percebe, a partir da observância das recorrentes crises na balança de pagamentos (restrição externa) e nos frequentes casos de inadimplência internacional que o país cai por escassez de divisas e que marcam o fim dos ciclos ascendentes e descendentes com derrotas eleitorais das duas coalizões do bloco no poder (O'DONNELL; 1997 e DIAMAND, 1973, 1983).

Neste sentido, podemos expressar que o problema econômico argentino, ou seja, a sua principal limitação, apontada aqui como a restrição externa, só poderia ser resolvida de forma

---

<sup>2</sup> Ratto, María Celeste. Accountability and economic vote in Latin America: a study of electoral behaviour between 1996 and 2004. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, Guanajuato, v. 2, n. 1, p. 67-98, jan. 2013 e Ratto

<sup>3</sup> Gerchunoff, Pablo e Llach, Lucas; *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Políticas económicas argentina de 1880 a nuestros días*; Critica; 2018

tal que permitisse um desenvolvimento sustentável (sem crises recorrentes), com a modificação da estrutura econômica desequilibrada. Esta ampliação em boa medida a partir de uma maior industrialização poderia atingir o equilíbrio da nossa estrutura econômica, que levaria a uma modificação na conformação do bloco no poder, num processo que criaria inúmeras tensões de acordo com a teoria de Nicos Poulantzas (1985). Também, o autor Michal Kalecki analisou as tensões que se poderiam originar numa economia de pleno emprego e as razões das mesmas<sup>4</sup>.

No entanto, não houve uma tentativa consistente de alcançar esse objetivo até agora. O setor popular tem apenas objetivos de curto prazo: frear os planos econômicos neoliberais, romper a aliança entre a grande burguesia industrial e os setores exportador pampeano e os setores financeiro e iniciar um ciclo de aumento da demanda agregada da economia (O'DONNELL, 1997). Todos esses objetivos que, foram alcançados pela coligação nacional e popular no período analisado foram possíveis devido à oscilação da grande burguesia industrial que muda de aliados nas crises e consegue ser sempre - ou quase sempre - membro da coalizão governante (O'DONNELL, 1997) e também pelo apoio da sociedade nas eleições para presidente, o que constata a existência de uma forte incidência do voto econômico (RATTO, 2013).

A ideia de um projeto de capitalismo de estado que é desejado pela aliança nacional e popular para a concretização de uma expansão da estrutura econômica se desvanece diante da crise do balanço de pagamentos e da restrição externa, que se produzem nos seus governos provocando as derrotas eleitorais para a coalizão adversária, por exemplo, as eleições de 2015 com o triunfo de Macri (SCALETTA 2017).

Por outro lado, no período estudado (como também no passado) a elite econômica não demonstrou interesse de aprofundar a industrialização do país nem ampliar e modificar a estrutura produtiva. Por conseguinte, surge a ideia, que expressamos no primeiro capítulo, de um paradoxo do desenvolvimento econômico argentino (SCALETTA 2017).

Devido ao que foi falado nos parágrafos anteriores, durante todo o processo analisado, as crises econômicas recorrentes foram uma consequência iniludível para Argentina, como suas repercussões na esfera política.

Estas turbulências econômicas e o fato de que os atores sociais competirem em um jogo de soma zero provocam importantes consequências: por um lado, a instabilidade na dominação política que leva a permanentes disputas entre as frações que compõem o bloco no poder e que

---

<sup>4</sup> Kalecki, Michal; Aspectos políticos del pleno empleo; Revista de economía crítica, ISSN 1696-0866, N°. 12, 2011, págs. 214-222

impossibilitaram a configuração de uma hegemonia ampla (nos termos de Poulantzas) que leve à modernização do Estado argentino. Por outro lado, na estrutura econômica, se percebe a impossibilidade de atingir o desenvolvimento econômico. Também, o processo provoca a intensificação dos conflitos entre as coalizões. A partir dessas questões “é possível desvendar a convulsiva e mutante realidade política, econômica e social da Argentina de uma forma mais complicada”, porém, “menos surrealista. do que o que aparece na superfície de sua instabilidade política e desenvolvimento errático” (O'DONNELL, 1997, p. 64).

O trabalho se organiza em quatro capítulos. O capítulo 1 se refere às tendências históricas de longo prazo que surgiram no processo histórico nacional e que enquadram as conjunturas que se analisam nos capítulos seguintes, que correspondem ao período principal do trabalho (2003-2019). Essas tendências são essenciais para entender o comportamento dos atores sociais, suas alianças cambiantes e os ciclos econômicos e políticos da Argentina.

Com uma mirada histórica, analisamos as singulares características da incorporação de Argentina ao mercado mundial e como foram surgindo os atores sociais, seus recursos de poder, seus conflitos distributivos e suas possíveis alianças. Este processo se completou, segundo o autor Guillermo O'Donnell (1997), na segunda etapa (difícil) da substituição de importações. Os atores, seus recursos de poder e possíveis alianças resultaram bem claras. Também, nessa época foi quando resultou evidente, (já sem nenhuma dúvida) as dificuldades da economia Argentina para atingir a quantidade de divisas que requer o processo de produção nacional de insumos e bens de capital industriais que, poderiam possibilitar o desenvolvimento econômico. Assim, o problema da falta de divisas foi constatado como a principal limitação ao crescimento da economia Argentina e persiste até nossos dias.

Já no final deste capítulo, se coloca em foco um aspecto essencial para todo o trabalho: como as políticas públicas de ambas as alianças, de forma previsível, provocaram crises recorrentes que ocasionam suas derrotas.

No capítulo 2, analisamos o período da coalizão nacional e popular 2003-2015. A crise de 2001 foi enfrentada pela aliança governante nacional e popular que assumiu o poder do estado em 2003. O plano econômico expansivo adotado possibilitou o crescimento econômico. Porém, a partir do ano 2012, a economia começou uma crise na balança de pagamentos devido ao crescimento das importações. O país ficou sem reservas de divisas internacionais indispensáveis para continuar o crescimento do PIB. Por conseguinte, já em 2015, em meio do esgotamento das reservas de divisas, o governo perdeu as eleições de presidente.

No capítulo 3, o olhar se volta para a aliança governante no período 2015-2019 e as mudanças no plano econômico. O capítulo tenta explicar as razões que levaram a aliança neoliberal a vencer as eleições de 2015 e a maneira como ela desenhou um plano econômico na medida da sua coligação. Como isto provocou transferências econômicas que favoreceram aos atores que compõem a aliança governante e prejudicaram aos que não formaram parte dela. O plano econômico foi recessivo para solucionar a crise na balança de pagamentos do anterior governo (ao descer o consumo descem as importações). Em 2018 devido a uma crise de confiança, o governo não conseguiu novos empréstimos e se constatou a saída de capitais especulativo do país o que fez com que o Estado argentino volte aos créditos do FMI. Apesar dos novos créditos ou como consequência deles, a inadimplência internacional era iminente. A aliança governante não conseguiu a reeleição do presidente Macri que perdeu na primeira volta das eleições a presidente de 2019 e marcou o regresso da aliança popular ao poder em Argentina.

Depois de analisar nos primeiros três capítulos: os problemas econômicos, suas origens na história nacional e sua transferência para a dimensão política, nosso olhar se volta para as consequências das crises econômicas nas eleições para presidente. No capítulo 4, buscamos apresentar um marco teórico do voto econômico para passar a analisar como os cidadãos argentinos foram influenciados pelos problemas econômicos na hora de votar para presidente.

Se estabelece uma ligação entre as crises: da balança de pagamentos típicas da aliança popular e/ou as crises pela inadimplência internacional, tão comum, nos governos da aliança neoliberal como os fatos que marcaram as oscilações da população na hora de votar e das oscilações dos atores que formam o bloco no poder. Essas oscilações somadas são as que constituíram as causas das derrotas eleitorais e levaram as alianças governantes a perder o poder do estado.

Neste sentido, cada ciclo econômico pode ser resumido da seguinte forma: com o triunfo eleitoral, um partido político chega ao poder, trazendo consigo um plano econômico, pautado por valores, e uma coalizão de apoios para sustentar o seu governo. Com o tempo, aparecem as turbulências econômicas que provocam perda de confiança. O desenvolvimento da crise impõe desafios ao modelo econômico e a coalizão de sustentação. Agrava a situação, a rejeição popular às medidas econômicas. O sistema de relações de poder se enfraquece, a aliança governante se desfaz e torna a política menos estável. Finalmente, a consequente derrota do governo nas urnas abre um novo ciclo até a sua próxima crise (GOUREVITCH, 1993).

## 1 DAS ALIANÇAS POLÍTICAS NA ARGENTINA: BREVE HISTÓRICO

Este capítulo trata dos primeiros períodos históricos da Argentina, onde se podem encontrar as razões e as tendências de longo prazo, que nos permitem compreender o surgimento dos atores sociais, seus recursos de poder, as alianças políticas possíveis, os planos econômicos aplicados e que sustentaram as alianças governantes no poder. Estas mudanças permitem entender a instabilidade política e o desenvolvimento errático da Argentina desde o pós-guerra até o presente, sendo que nossa análise tem o foco no período 2003-2019.

### 1.1 Alianças Políticas

Coligação governante ou aliança governante é um termo que alude ao grupo conformado por atores que compõem o bloco no poder e que através do sistema institucional do Estado impuseram políticas econômicas públicas a toda a sociedade conforme as orientações e demandas dos seus componentes (O'DONNELL, 1997).

Na sua vez, como expressamos na introdução, na Argentina se configurou duas coligações que conseguiram acender ao poder do Estado; cada uma delas com suas próprias políticas econômicas. Como resultado disto, as políticas estatais aplicadas foram mudando e produziam as fases ascendentes (geralmente através de políticas de incentivo a demanda agregada em favor do mercado interno) e as fases descendentes (com os planos recessivos a partir do aumento do preço dos produtos exportáveis) dos ciclos econômicos e provocaram oscilações dos atores sociais a respeito de suas alianças. Estas foram modificadas constantemente de acordo as relações de forças que se configuraram nas fases ascendentes e descendentes do ciclo econômico (desde o pós-guerra até o presente).

A grande burguesia foi o membro garantidor de estabilidade da aliança governante. Porém, cada fase estava marcada pela saída da grande burguesia que deixava seus sócios e se incorporava na outra coalizão com um pacote econômico diferente. Por conseguinte, as políticas públicas não só foram cambiantes, senão que também foram pouco tempo implementadas porque eram trocadas pela dinâmica de uma sociedade civil que marcava o ritmo ao qual o estado devia “dançar” (O'DONNELL, 1997).

No nível institucional as oscilações das alianças governantes foram fortes marés que ocupavam o estado. Disto resultou que o aparato do estado foi colonizado pela sociedade civil. As lutas das coligações nacional e popular e neoliberal se interiorizou no sistema institucional

do estado em uma classe de luta que expressava a influência dos atores que compõem ambas as coalizões. Foi um estado colonizado e dividido que reproduzia ao interior das suas instituições as forças da sociedade civil que se encontravam aí com o objetivo de atingir suas demandas de curto prazo a traves da implementação de políticas públicas. “Esse estado no conseguiu tomar distância das demandas e dos interesses imediatos de cada aliança governante, muito pelo contrário só conseguiu reforçar os impulsos das alianças e por isso foi um estado débil” (O’DONNELL, 1997 pag 65).

O processo histórico de conformação dos atores, seus recursos de poder e das alianças que formaram pode se resumir da seguinte forma: A incorporação originaria de Argentina ao mercado mundial teve diferenças importantes em comparação aos outros países latino-americanos (O’DONNELL,1997). Posteriormente, essas diferenças se juntaram com os acontecimentos mais contemporâneos que influenciaram sobre algumas características do capitalismo, estrutura de classes e que faz o núcleo de nosso tema, os recursos de poder dos atores sócias e as alianças políticas possíveis em Argentina entre esses atores (O’DONNELL, 1997).

Neste sentido, o capitalismo argentino se incorporou ao mercado mundial como exportadora direta de produtos primários. O sistema de produção foi à estância da pampa argentina que teve diferenças com os encraves e as plantações que prevaleceram no resto do continente. Uma dessas foi que a terra, principal fator produtivo, ficou nas mãos de uma burguesia agrária local já que a estância teve menos trabalho intensivo e não precisava de custosos investimentos em tecnologia e capital<sup>5</sup>, a diferença da plantação e o entrave. Surgiu assim, uma burguesia agrária especializada na produção, como consequência do pacto neocolonial (HALPERIN DONGHI, 2005) pelo qual os produtores nativos concentravam seus recursos no setor produtivo e deixavam questões relativas ao financiamento, comercialização e transporte da produção exportável em mãos estrangeiras (HALPERIN DONGHI, 2005).

A propriedade da terra e as vantagens comparativas no comércio internacional dada a alta taxa de renda diferencial, deu uma base de acumulação á burguesia rural argentina (O’DONNELL, 1997)<sup>6</sup> que permitiu o surgimento de um setor urbano, comercial e industrial mais rico e diversificado que o resto da América Latina (CARDOSO e FALETTO, 1969).

---

<sup>5</sup> Esta foi uma das razões pelas quais as propriedades da terra ficaram em poucas mãos. “O baixo preço da terra e a ausência de fatores de trabalho e capital levaram as fazendas argentinas a serem intensivas em terra (ou seja, grandes propriedades)” (HALPERIN DONGHI, 2005).

<sup>6</sup>O mesmo aconteceu no Uruguai que constitui um caso parecido da Argentina enquanto a modalidades originarias de incorporação ao mercado mundial. Mas, diferenças notórias apareceram no desenvolvimento industrial destes países.

Por outro lado, a economia argentina exportadora incorporou uma proporção maior do seu território e população ao mercado mundial, quando se compara com outros países latino-americanos. Por isso, Argentina constitui um caso de maior igualdade econômica da sua população comparado com o resto do continente<sup>7</sup> (O'DONNELL,1997). Isto teve como consequência que “a região pampeana fosse mais próspera e com salários mais altos, inclusive, até a segunda guerra mundial, os ingressos da região pampeana foram maiores que os europeus” (O'DONNELL, 1997; p. 35). Isto permitiu o nascimento dum: setor popular dotado dum poder de compra maior do que os outros países da região.

Estas características provocaram, na sua vez outras consequências: Ao começo do século XX Argentina desenvolveu um mercado urbano, capitalista e de altos ingressos para a época que, permitiu desenvolver um setor industrial –que recebeu o impulso da Primeira Guerra Mundial– antes do que o resto de América Latina. Diante disso, “a classe operaria argentina desenvolveu recursos organizativos autônomos frente ao Estado e a burguesia industrial local” com grande poder de barganha dado que “o país tinha uma reduzida população e não se contava com um campesinato localizado dentro o perto da região industrial” (O'DONNELL, 1997, p. 37).

A realidade ia conformando os atores sociais: a burguesia pampeana, a burguesia industrial e o setor popular. “Durante o período 1870 – 1930 a centralidade política e econômica esteve dada por essa burguesia pampeana enquanto não foi contrapesada por outras regiões” (O'DONNELL,1997, p. 37) . Este ator constitui o Estado Nacional que resultou semelhante ao Estado liberal dos grandes centros urbanos já que o impulso dessa economia surgia da sua própria sociedade civil e sua vinculação com a internacional (OSLAK, 1978).

Um elemento fundamental para nossa análise resulta que já nessa época se configurou uma particular dinâmica entre o setor popular e a burguesia pampeana: os produtos principais de exportações constituíam o principal bem salário do setor popular, o seja são “os produtos que marcam o ritmo das exportações e também são os principais produtos de consumo das famílias” (O'DONNELL,1997). Por conseguinte,

“os câmbios dos preços relativos desses produtos essenciais resultam percebidos por o setor popular em forma imediata: quando o preço desce, a consequência é um maior consumo interno e as exportações descem, gerando problemas na balança de pagamentos. Pelo contrário, quando os preços sobem o resultado é um menor consumo interno e os saldos exportáveis crescem, provocando um alívio na balança de pagamentos” (O'DONNELL,1997, p. 41).

---

<sup>7</sup>Uruguai também teve estas características já que, praticamente todo seu território e população se incorporaram ao mercado mundial em condiciones similares da pampa argentina.

O conflito distributivo desta dinâmica entre o setor popular e a burguesia pampeana resulta chave para nosso trabalho. Com estes dos elementos podemos analisar processos que se deram a partir de 1930.

A crise mundial de 1930 diminuiu externamente os preços dos produtos pampeanos. Posteriormente, o governo peronista (1946) constituiu um primeiro esboço de problemas que mais tarde surgiria. Em primeiro lugar, o Estado se apropriou de parte substancial do produto das exportações pampeanas, manteve seus preços internos baixos, com isso elevou o nível de renda do setor popular e ampliou a demanda efetiva por outros bens, especialmente bens industriais (GERCHUNOFF e LLACH, 2018), que começaram a ser produzidos localmente por um processo de substituição de importações<sup>8</sup> e que deu nascimento a outros atores: (a grande burguesia industrial e a pequena burguesia urbana). Isso gerou problemas no balanço de pagamentos, devido ao efeito do "desestímulo" da produção pampeana e ao aumento do consumo interno de exportáveis. Posteriormente, no governo Peronista (1952-1955), os preços agrícolas foram melhorados, o que amenizou a situação do balanço de pagamentos, mas gerou resistências devido à redistribuição negativa da renda que implicou na redução do mercado efetivo à disposição da burguesia urbana (O'DONNELL, 1997).

Por volta de 1960, ocorreu uma grande onda de investimentos estrangeiros diretos na indústria e serviços que implicou uma rápida internacionalização da estrutura produtiva urbana. Contrariamente às expectativas "desenvolvimentistas", esta nova etapa resultou num forte aumento da procura de importação, superior à taxa de crescimento do produto nacional de exportação e da produção pampeana (GERCHUNOFF e LLACH, 2018).

A solução econômica óbvia era um forte aumento das exportações, que, ao aumentar o teto da balança de pagamentos, teria permitido dotar a estrutura produtiva urbana das importações de que precisava para um desenvolvimento sustentado (KAUFMAN, 1985). Esta solução implicava encontrar meios de aumentar a produção pampeana e / ou reduzir o nível de renda do setor popular para que, ao reduzir o consumo doméstico de alimentos, fossem liberados maiores excedentes exportáveis (RAPETTI, 2016). Com isto se conseguia superar a restrição externa. "Se havia dado uma base objetiva para uma aliança de longo prazo entre a grande burguesia urbana e a burguesia pampeana que permitiria a modernização da economia argentina" (O'DONNELL, 1997, p. 48). . Esta Aliança Ortodoxa poderia solucionar o limite do

---

<sup>8</sup>Surgiu assim, como consequência da industrialização: uma grande burguesia industrial e uma pequena burguesia industrial.

desenvolvimento econômico argentino: a restrição externa. Porém, a solução implicava o sacrifício do setor popular e da pequena burguesia industrial.

Esta solução lógica, em caso de permanecer, uniria a os dos atores burgueses mais fortes do bloco no poder e prejudicaria ao setor popular que ia descer do seu nível de consumo e a pequena burguesia urbana que depende do mercado interno e do consumo do setor popular.

Porém, apesar da lógica dessa solução, nada disso aconteceu (O'DONNELL,1997) já que “a aliança Ortodoxa foi resistida pela Aliança Nacional e Popular que atingiu romper os pactos entre a burguesia pampeana e a grande burguesia industrial” (O'DONNELL,1997, p. 48). Por momentos a grande burguesia industrial passou a formar parte da coligação nacional e popular em defesa do mercado interno.

Neste ponto da história surgiram as duas coligações que analisamos em nosso trabalho e que ocupam o lugar central de nossa análise. A coligação defensiva ou nacional e popular surgiu a partir dos interesses em comum entre a maioria das frações fracas da burguesia urbana<sup>9</sup> e do setor popular<sup>10</sup>. Desta maneira, essas “alianças foram forjadas em torno da defesa do mercado interno contra os efeitos recessivos que qualquer aumento de preço dos produtos exportáveis produz, ” (O'DONNELL,1997, p. 43), seguindo uma lógica mundial (DIAMAND,1973).

Estes atores “se organizaram em torno a mobilizações do setor popular em defesa do nível de renda e do consumo interno que, com o tempo realimentaram sua capacidade de organização e ação política” (O'DONNELL,1997, p. 43). A mencionada aliança causou um profundo “corte horizontal interno à burguesia urbana, entre suas frações oligopolistas<sup>11</sup> ou

---

<sup>9</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): A "burguesia doméstica ou pequena burguesia" são as empresas de propriedade total ou principalmente nacional, com menor densidade de capital do que as empresas da "Grande Burguesia" e que, além disso, geralmente não têm conexões diretas com o capital internacional. O fato de os setores mais fracos da burguesia também serem os mais autenticamente nacionais é uma das características centrais do desenvolvimento associado (Fernando H. Cardoso, Estado y Sociedad en America Latina, Buenos Aires, Nueva Vision).

<sup>10</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): O setor popular refere-se à classe trabalhadora e às camadas empregadas e sindicalizadas dos setores médios, e que a Confederação Geral do Trabalho CGT é a organização nacional dos sindicatos trabalhistas e da classe média trabalhadora.

Porém, devemos agregar a este setor as pessoas que se encontram à margem da economia formal já que, ou estão desempregados ou formam parte da economia informal. Estes novos movimentos sociais nasceram com o aumento do desemprego nas crises argentinas e pela falta de representação dos sindicatos tradicionais. A mídia os chamou de Movimientos Piqueteros. Exemplo deles são, entre outros: Barrios de Pie, Movimiento Evita, CCC (Corriente Clasista e Combativa) FRENAPO (Frente Nacional contra a pobreza) Federacion de Tierra y Vivienda (FTV) etc

<sup>11</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): A Grande Burguesia Industrial foi formada por grupos econômicos locais e conglomerados estrangeiros que se compartilham da mesma forma. Ambos são diversificados, transnacionalizados e oligopolistas. No início da crise de 2001, eles possuíam dezenas de empresas através das quais operavam em todos os setores e obtinham uma parcela fundamental de sua receita de colocações financeiras. Isso lhes permitiu expandir independentemente da situação econômica geral, o que torna irrelevantes as antigas

grande burguesia industrial e a pequena burguesia urbana/industrial, que encontrou no setor popular um aliado para renegociar suas acomodações perante a primeira” (O’DONNELL, 1997, p. 43).

Os mesmos processos determinaram o surgimento recorrente de “outra clivagem inter-burguesa, separando os interesses econômicos dos objetivos políticos da burguesia urbana e da burguesia pampeana” (O’DONNELL, 1997, p. 43). Isso levou a um mapa de alianças mutantes, que está na origem dos "ciclos" econômicos e políticos.

As análises dos pacotes econômicos elaborados pelas coalizões, os interesses que defendiam e como geraram os ciclos de negócios com suas faces ascendentes e descendentes se encontram no subtítulo dedicado aos ciclos econômicos. De acordo com o que foi apresentado, as lutas entre ambas coligações na estrutura econômica se levaram para dentro do Estado. Como afirmou Poulantzas (1985), existe um deslocamento da luta econômica de classe para o lócus político, a partir do qual resulta que o Estado se tornou o objeto de luta a partir desse deslocamento.

Enquanto ao Estado argentino não poderia se distanciar das demandas e interesses imediatos de cada aliança dominante. Por isso, em todo momento, até o presente, “foi um estado fraco, como suporte do sistema geral de dominação, devido ao seu contínuo afrouxamento implicado nas mobilizações do setor popular e do poder de barganha dos sindicatos” (O’DONNELL, 1997, p.66), e também “como sistema institucional, devido à sua colonização e divisão. Isso implicava que uma possível saída dos ciclos estava bloqueada: a mudança para o capitalismo de estado” (O’DONNELL, 1997, p.66). “Não havia o aparato burocrático razoavelmente estável e consolidado que tivesse autonomia e liberdade da administração central frente a sociedade civil” (O’DONNELL, 1997, p.66) . Isto último constitui um requisito indispensável para um capitalismo de estado.

Ao respeito, seguindo a teoria de Poulantzas (1985), nossa análise parte desde uma perspectiva relacional do Estado. Dada a conjuntura do caso, o Estado argentino se configura como um estado de baixa autonomia da administração central. De acordo com este autor as disputas entre diferentes frações e classes sociais, na Argentina do pós-guerra, para impor determinadas políticas econômicas acontecem no interior do Estado que, constituiu o lócus

---

diferenciações entre capital nacional e capital estrangeiro. De fato, a maioria de seus lucros não foi reinvestida no país, como evidenciado pelos quase cem bilhões de dólares de capital local colocados no exterior, pouco menos do que o montante da dívida externa da Argentina na época. . "Existem semelhanças maiores entre grupos econômicos locais (GEL) e conglomerados estrangeiros do que entre grupos (GEL) e empresas locais independentes", disse o economista Aspiazu.

político onde se travam os embates entre os segmentos dominantes e os setores populares que são fundamentais para compreender a construção e a adoção de uma determinada política econômica (POULANTZAS, 1985).

Desse modo, o Estado, desde o ponto de vista da sua dimensão relacional, se constitui como o espaço de conflito das frações do bloco no poder que tem o objetivo de manter ou ampliar a sua fatia da renda e da riqueza e sua participação no âmbito político e ideológico (autoridade influencia e legitimidade).

Por conseguinte, os centros do poder do Estado – lócus onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas – foram os que receberam as principais demandas das classes e frações de classes dominantes. Esses centros de poder foram recorrentemente colonizados e arrasados por cambiantes coligações. As lutas da sociedade civil se interiorizaram no sistema institucional do estado que ficava dividido (O'DONNELL, 1997 e POULANTZAS, 1985).

Desse modo, a intervenção estatal (políticas públicas) foi o reflexo da correlação de forças políticas das frações do bloco no poder em momentos históricos específicos. A debilidade do Estado também se explica no fato de que os períodos de fusão da grande burguesia com a burguesia pampeana, a Coligação Neoliberal, os programas de estabilização “implicaram um período de ofensiva anti-estado, que visava não só cortar o déficit fiscal, mas também dismantelar os avanços que poderiam ter sido produzidos naquele período” (O'DONNELL, 1997, p.67). Isso serviu para bloquear qualquer tendência ao capitalismo de estado, dismantelando as instituições que poderiam promovê-lo (por exemplo o período de 1975-2001 ou 2015-2019).

Além disso, as tendências para o capitalismo de estado que a aliança defensiva ou Popular acarretava também foram limitadas pelas ambivalências da aliada estável da aliança dominante, a grande burguesia. E se chocaram contra a parede interposta pela extinção do impulso ascendente do ciclo e sua reversão a um novo período anti-estado. (O'DONNELL, 1997).

Finalmente, as tendências que se expuseram neste subcapítulo resultam claves para entender o processo histórico de 2003- 2019 de nosso trabalho. Precisamente, para esse período recente da história argentina, o problema econômico da restrição externa continuo sendo central e constitui a origem dos conflitos distributivos entre as coalizões neoliberal e popular. As respostas alcançadas pelos planos econômicos que, se desenharam desde o poder do estado favoreceram os interesses de uma ou outra coalizão dependendo qual era a governante e tinha o poder de decidir.

Porém, a diferença do pós-guerra, o período de 2003-2019 foi democrático e ininterrupto. As disputas eleitorais para presidente definiram qual coalizão tinha o poder do governo. Daí que estudar o comportamento eleitoral (principalmente o voto econômico) resulta um dos pontos claves do trabalho.

## 1.2 Ciclos econômicos e políticos

A história econômica mostra que nenhuma economia cresce num padrão uniforme ou regular. Movimentos para cima e para baixo na produção, inflação, taxas de juros e emprego formam o ciclo de negócios que caracteriza todas as economias de mercado. Os ciclos econômicos são definidos como flutuações na produção nacional, renda e emprego em toda a economia, normalmente durando um período de dois a dez anos, marcados por extensa expansão ou contração na maioria dos setores econômicos.

Não há limites para as explicações possíveis para este fenômeno, mas é útil classificar as diferentes teorias em duas categorias: exógenas e internas. Para as teorias exógenas, os ciclos são produzidos por fatores que estão fora do sistema econômico: guerras, revoluções, movimentos migratórios, entre outros. Para as teorias internas, que seguimos no trabalho, as razões estão dentro do sistema econômico.

Não existe um consenso dos teóricos sobre a duração dos ciclos. Há uma falta da teoria nesse ponto. Porém, o consenso foi alcançado a respeito das fases do ciclo que seriam 4, que se podem agrupar em duas ascendentes e duas descendentes, são elas: crise, recessão, recuperação e prosperidade.

A *crise* se produz quando a expansão da economia se paralisa. A expectativa de crescentes ganhos dos investimentos acaba. Projetos de investimento em curso se paralisam e aqueles que se geraram previamente não conseguem gerar a rentabilidade esperada. Os capitais começam a ter dificuldades. As perdas e os quebrantos aparecem. O desemprego cresce, diminui a atividade em geral e o consumo.

A *recessão* e depressão causam durante esta fase, o aprofundamento dos efeitos das crises. O desemprego é crescente, os salários descem, as perdas sobem e os quebrantos são gerais. Não se produzem investimentos. Todos estes fatores retroalimentam a contração econômica. O nível mais baixo do ciclo tem como característica um alto desemprego e uma pobre demanda dos consumidores em relação com a capacidade produtiva de bens de consumo. A caída da atividade e do produto se freiam no momento que começa a aparecer investimentos

rentáveis, os quais se explicam, em parte, por um setor do consumo que não varia a pesar da caída do produto.

A *recuperação* é o começo do ciclo, no sentido que marca o fim da caída do PIB ao mesmo tempo que inicia a expansão. São períodos em que as contradições que levaram a crises e a recessão prévias foram resolvidas, e se achou uma saída que permite recupera a rentabilidade dos investimentos e expectativas de benefícios futuros. As perspectivas são otimistas. É uma fase em que a atividade econômica se recupera e na qual existe um alto desemprego e baixos salários. Em geral parte da infraestrutura e do capital estão ociosas.

A *prosperidade* é a fase do ciclo na qual o produto cresce junto com o nível de emprego. Aumenta a atividade econômica e todos os fatores produtivos estão em plena produção. Os benefícios aumentam e o consumo, com os novos investimentos.

O que caracteriza o período de contração ou extinção, cuja fase inicial ou mais aguda chamamos de crise, é a queda generalizada da atividade econômica, refletida na baixa produção de bens e serviços e de emprego, e acompanhada por uma redução geral do nível de benefícios, preços e salários. Por isso, as crises não são fenômenos isolados, mas antes uma fase dramática de um movimento cíclico que representa um fluxo e refluxo contínuo da economia de um país, de uma região ou do mundo como um todo.

Compreender a causa das crises na Argentina é uma questão central deste trabalho, e explicar como este evento surge na estrutura econômica, se transfere para a dimensão política e finalmente para as eleições nacionais. As crises podem são explicadas por várias teorias:

- a) Para a teoria neoclássica a intervenção do estado na economia provoca uma limitação da capacidade produtiva potencial que da origem as crises.
- b) A insuficiência da demanda agregada da teoria keynesiana. Essa teoria surgiu a partir da crise mundial de 1929, a qual não podia ser entendida dentro do arcabouço da economia clássica. A teoria keynesiana permitiu compreender, naquela época, que a limitação da economia se devia a uma insuficiência da demanda agregada. Assim, a partir do aumento dos gastos do Estado causado, em boa parte, pela Segunda Guerra Mundial, nos países centrais, possibilitaram a superação da crise.
- c) Porém, para países como a Argentina, que possuem uma estrutura produtiva desequilibrada, a causa das crises recorrentes se deve a limitação externa. Isso se aplica apenas a países que têm um desequilíbrio externo e estrutural. Assim, o setor externo é o principal limitador da economia argentina, cuja principal característica é a tendência

a recair periodicamente em crises de balanço de pagamentos por falta de divisas e que não pode ser remediado por meio de desvalorizações da moeda nacional.

No relato bíblico que expressa um período de bonanças produtivas com vacas gordas e um período de crise com vacas magras, apresenta a ideia de um ciclo econômico com seus estágios ascendente e descendente bem diferenciados. Agora, qual é a diferença, para a teoria econômica e política, entre tempos bons e ruins? Peter Gourevitch (1993) afirmou que os períodos de prosperidade anulam a propensão para refutar e desafiar os paradigmas econômicos. Em contraste, nos anos de crise “a ilusão tranquilizadora se desintegra. Os modelos econômicos conflitam e as prescrições da política econômica divergem” (GOUREVITCH, 1993, p. 17). Ainda para o autor, “nos anos de vacas magras, abundam as ideias para resolver problemas econômicos, mas para que uma ideia prevaleça como a política real de um determinado governo, ela deve ganhar o apoio daqueles que exercem o poder político” (GOUREVITCH, 1993, p. 17). Os momentos difíceis deixam claro que “a escolha feita entre propostas conflitantes surge da política. A interpretação triunfante será aquela cujos partidários terão o poder de opinar com força de lei” (GOUREVITCH, 1993, p. 17). Quem ganha as eleições presidenciais forma sua coalizão de apoio e decide o rumo da política econômica do país. Essas alianças serão mantidas até a chegada de uma nova crise, na qual serão novamente reformuladas.

As recorrentes crises econômicas argentinas e suas consequências permitem entender por que o voto econômico tem tanta relevância nas eleições para presidente daquele país. As eleições para presidente definem o grupo que terá o poder para escolher a política econômica. Cada ciclo econômico pode ser resumido da seguinte forma: com o triunfo eleitoral, um partido político chega ao poder, trazendo consigo um plano econômico, pautado por valores, e uma coalizão de apoios para sustentar o seu governo. Com o tempo, surgem turbulências econômicas que provocam perda de confiança. O desenvolvimento da crise impõe desafios ao modelo econômico e à coalizão de sustentação. Agrava a situação a rejeição popular às medidas econômicas. O sistema de relações de poder se enfraquece e torna a política menos estável. Finalmente, a consequente derrota do governo nas urnas abre um novo ciclo até a sua próxima crise (GOUREVITCH, 1993).

Na história Argentina, desde o pós-guerra se sucederam recorrentes crises econômicas devido que a estrutura econômica do país é desequilibrada. Frente a essas crises surgiram como respostas dois tipos de opções políticas dadas por: a Coligação Nacional e Popular com seus planos econômicos de incentivo da demanda agregada e por outro, a Aliança Ortodoxa ou Neoliberal com seus planos de estabilização de economia. Estas coligações como os seus típicos planos de resposta serão analisadas profundamente ao longo do presente trabalho. (GOUREVITCH, 1993).

Por outro lado, existem explicações para interpretar a escolha entre as opções descritas. Assim, surge um conjunto de "argumentos competitivos nas ciências sociais, explicações sobre a força dos atores sociais e as coligações, a estrutura do Estado, as ideologias e o contexto internacional" (GOUREVITCH, 1993, p. 19)<sup>12</sup>. De fato, "somente quando as escolhas e explicações são adotadas com ordem pode-se alcançar certa precisão a respeito de uma realidade desordenada", para mostrar o que aconteceu e depois tentar uma interpretação (GOUREVITCH, 1993, p. 19).

A origem das crises argentinas, para reconhecidos autores, se deve a estrutura econômica desequilibrada (DIAMAND, 1973; O'DONNELL, 1997). Este desequilíbrio provoca uma restrição externa e se configura como o principal limitante para a economia nacional. Sua constatação histórica nos anos 60' e as crises que provocou até o presente como suas consequências no plano social e político são analisadas neste trabalho em vários capítulos.

Neste sentido, de acordo com Guillermo O'Donnell (1997), as diferentes fases do processo de industrialização por substituição de importações, com maior precisão, a transição da fase inicial (fácil) a uma segunda fase que se registrou nos anos 50'y 60' provocou uma restrição externa que levou a crises econômicas em Argentina e sua consequência política (entre as inúmeras que provocaram essas tensões entre os grupos de poder) foi o surgimento do autoritarismo (teoria de O'Donnell desenvolvida na sua obra "O Estado Burocrático Autoritário" que polemizou com a teoria da modernização).

Para o período de 2003 – 2019, que é o foco do trabalho, as restrições externas continuam tendo consequências políticas, mas dentro do sistema democrático. Essa cadeia de consequências termina no voto da população.

---

<sup>12</sup>Nesse ponto, o comportamento dos atores sociais será enfatizado. Devido às características excepcionais em que ocorreu a incorporação da Argentina ao mercado mundial, em comparação com a maioria dos países da região, juntamente com outros eventos subsequentes, a sociedade civil teve um protagonismo e proeminência que se manifestavam sempre que os modelos econômicos deviam ser decididos para o país.

As crises cíclicas na Argentina têm uma causa principal: a restrição externa da economia<sup>13</sup> devido a estrutura produtiva desequilibrada (DIAMAND, 1973; DÍAZ ALEJANDRO, 1978; O'DONNELL, 1997; SCALETTA, 2017). A limitação externa<sup>14</sup> é um conceito da ciência econômica que se refere à impossibilidade de se atingir um crescimento consistente de uma economia devido à dificuldade de obtenção de divisas. As divisas internacionais constituem um elemento fundamental já que a produção industrial, principalmente, depende de insumos, bens de capital, entre outros, que não são produzidos no país e que devem ser comprados no estrangeiro<sup>15</sup>.

O que agrava o problema é que na fase ascendente do ciclo, com o crescimento<sup>16</sup> do PIB, a produção industrial aumenta radicalmente e a necessidade de importações sobe pelo elevador, enquanto as exportações ascendem pela escada, gerando escassez de divisas (SCALETТА 2017)..

Quando o país tem escassez de divisas as soluções podem ser: a) gastar reservas; b) aumentar exportações; c) solicitar créditos internacionais; d) desvalorizar a moeda; e) controle na compra de divisas; etc. Sempre com o objetivo de manter o crescimento do PIB. Porém, chega um momento do ciclo que essas soluções não dão mais conta, e o país é obrigado a diminuir sua produção industrial, somente por falta de divisas. Isso provoca a queda do PIB, o aumento do desemprego e a desvalorização da moeda, que servia de paliativo para a situação, mas tem como consequência elevar a inflação e produzir transferência a favor dos exportadores, ao mesmo tempo em que o poder de compra dos trabalhadores cai. Nesse ponto, os governos

---

<sup>13</sup>Porém, de um ponto de vista da evolução da teoria econômica, existem duas limitações além da externa: a) Limitação por capacidade produtiva (modelo da economia clássica), e b) Limitação pela demanda (modelo keynesiano). Essas limitações são analisadas e estudadas nos países desenvolvidos, já que eles possuem estruturas econômicas equilibradas nas quais a restrição externa não tem os efeitos que acontecem nos países em desenvolvimento, como o caso da Argentina. Nesses países os problemas do setor externo encontram soluções com desvalorizações leves da moeda, que permitem aumentar as exportações (principalmente da indústria) e não provocam a queda da atividade econômica. Porém, essa solução torna-se impossível em uma estrutura econômica desequilibrada como a da Argentina, já que seu setor industrial não compete a preços internacionais. Por conseguinte, uma desvalorização não provoca aumento das exportações e o equilíbrio na balança de pagamentos. Muito pelo contrário, a desvalorização da moeda produza transferência de um setor econômico ao outro e a inflação do câmbio (DIAMAND, 1973).

<sup>14</sup> A restrição externa do crescimento expressa uma tendência das economias periféricas de experimentar dificuldades para sustentar processos de crescimento devido à escassez de divisas. Os modelos estruturalistas (DÍAZ ALEJANDRO 1975, DIAMAND, 1972) identificaram nesse fenômeno a causa dos ciclos de *stop and go* que caracterizaram as idas e vindas da economia argentina no pós-guerra. Ver também Rapetti, obra citada.

<sup>15</sup>Um exemplo consegue aclarar essa situação: a indústria automobiliz argentina produz carros com 70% de suas peças importadas. Essa indústria, como todo o setor industrial, não pode produzir sem importações que constituem um requisito básico.

<sup>16</sup>Nesse estágio do ciclo, a Coalizão Nacional e Popular esteve sempre no governo.

perdem o apoio da opinião pública, sua coalizão se debilita e o modelo passa a ser questionado. É nesse momento em que se inicia a face descendente do ciclo<sup>17</sup> (SCALETТА 2017).

O agravante dessa situação é que a indústria não compete com os preços internacionais. Por conseguinte, a desvalorização da moeda, por mais pronunciada que seja, não provoca como efeito o aumento de exportações de produtos industriais. Isso demonstra o desequilíbrio da estrutura produtiva argentina (DIAMAND 1985 e SCALETТА 2017)..

Esse desequilíbrio estrutural se explica porque as exportações argentinas são realizadas pelo setor produtor de commodities (manufaturas agropecuárias; produtos da indústria extrativista e alguns produtos industriais). O resto das exportações é feito pelos terminais de carros que estão localizadas na região da América do Sul. Por outro lado, as importações são maquinarias, equipamentos de produção, insumos para a indústria ou para a montagem de eletrodomésticos, produtos eletrônicos e bens de consumo (SCALETТА 2017).

Ao analisar a balança de pagamentos da Argentina fica claro que o agro é o maior exportador, e que consegue ter preços competitivos internacionalmente, e que a indústria é responsável pelas importações, que não compete a preços internacionais, sendo assim o setor que precisa de políticas públicas (econômicas) para se desenvolver (SCALETТА 2017)..

Uma análise da balança de pagamentos mostra que Argentina não produz o suficiente para financiar suas importações, que permitam o crescimento da economia. Também nessa análise pode-se observar quais setores devem se transformar para evitar déficits de divisas na conta corrente que levam à estagnação da economia. Resulta que da modificação da estrutura produtiva depende a sustentabilidade do modelo econômico e o crescimento da economia sem ter que passar por recorrentes crises (SCALETТА 2017)..

Nesse sentido, a Lei de Thirlwall estabelece uma taxa de crescimento da economia no longo prazo do país que seja compatível com o equilíbrio do setor externo. A lei considera que as exportações dependem da demanda mundial de bens que o país produz para exportar. Por outro lado, as importações estão vinculadas aos requerimentos que o crescimento demanda. Também, um maior desenvolvimento da lei incorpora os fluxos de capital. A lei estabelece que a taxa de crescimento de longo prazo é limitada pelo quociente entre as elasticidades do comércio exterior. Por conseguinte, a Lei de Thirlwall oferece uma medida da taxa de crescimento que é compatível com o equilíbrio do setor externo. Em uma estimativa, a taxa para a Argentina (KULFAS, 2019) deu o valor de 3,5%, que resulta quase igual para a média de crescimento argentino entre os anos 1900 – 2014 de 3,1%.

---

<sup>17</sup> Essa é a história repetida da Coalizão Nacional e Popular.

A restrição do setor externo provocou as dinâmicas nas alianças que se formaram no bloco no poder e que analisamos no subcapítulo sobre as alianças. As respostas a este limitante da economia nacional pelas alianças governantes foram planes econômicos de curto prazo que não tinham como objetivo modificar a estrutura produtiva e atingir uma resolução ao problema econômico de longo prazo que permitisse o desenvolvimento sustentável da economia e como consequência uma dominação política estável. Por conseguinte, as coligações e seus pacotes econômicos resultaram uma e outra vez com crises econômicas que provocaram também as recorrentes crises de dominação política. Neste sentido o período 2003 – 2019 que são o objeto central deste estudo também se configurou esta tendência: as crises econômicas e políticas foram configuradas.

Por conseguinte, nos governos da Aliança Nacional e Popular (2003-2015), depois de um período de crescimento econômico, as crescentes importações provocaram uma crise de balança de pagamentos e a perda de reservas de moeda estrangeira. Uma vez configurada esta situação, foi derrotada nas eleições.

A coalisão ortodoxa, como aconteceu na história recente, controlou o estado na etapa descendente. Os planos de estabilização não demoraram em provocar uma crise e uma inadimplência internacional dado a enorme quantidade de créditos que o governo tinha solicitado. Nas eleições de 2019 foi vencida pela coalisão contrária seguindo as tendências históricas que se expuseram neste capítulo.

## 2 GOVERNO NACIONAL E POPULAR (2003 – 2015)

O Peronismo confirmou a Coligação Popular ou defensiva “que reflete as aspirações das grandes massas da população” (DIAMAND, 1983, p.1). Sua conformação policlassista se compõe da: a) burguesia doméstica ou “pequena burguesia” empresas de propriedade total ou principalmente nacional, com menor densidade de capital do que as empresas da “grande burguesia” e que, além disso, geralmente não têm conexões diretas com o capital internacional. Por outro lado, sua produção se destina ao mercado nacional e; b) O setor popular que se refere à classe trabalhadora e às camadas empregadas e sindicalizadas dos setores médios, e que a Confederação Geral do Trabalho CGT é a organização nacional dos sindicatos trabalhistas e da classe média trabalhadora. Porém, devemos agregar a este setor as pessoas que se encontram à margem da economia formal já que, ou estão desempregados ou formam parte da economia informal. Estes “novos movimentos sociais” nasceram com o aumento do desemprego nas crises argentinas e pela falta de representação dos sindicatos tradicionais geralmente nos anos 90’. A mídia os chamou de Movimientos Piqueteros. Exemplo deles são, entre outros: Barrios de Pie, Movimiento Evita, CCC (Corriente Clasista e Combativa) FRENAPO (Frente Nacional contra a pobreza) Federacion de Tierra y Vivienda (FTV) entre outros.

### 2.1 Fase ascendente do ciclo

As ideias da coligação sobre economia reconhecem a influência do modelo keynesiano, desenvolvimentista e do nacionalismo econômico. Os principais objetivos são a distribuição progressiva do rendimento e o pleno emprego – através do crescimento econômico provocado pela expansão da demanda agregada (DIAMAND, 1973).

A chegada do Peronismo ao poder no ano 2003 aconteceu quando o panorama social era caótico e traumático produto da grande crise econômica de 2001, produto de políticas neoliberais no período (1975 – 2001). Mas, do ponto de vista dos ciclos econômicos, estavam dadas as condições ótimas para iniciar o estágio ascendente (SCALETTA, 2017).

O *default* declarado em 2001, suspendeu os pagamentos internacionais da dívida em divisas. A balança de pagamentos tinha superávit já que a crise havia reduzido a demanda de importações que estava em um nível baixo recorde, e por outro lado, devido a subida dos preços das *commodities*, as quais o país exportava, configuraram uma situação ideal para crescer

economicamente. Por outro lado, todo o capital físico tinha uma grande capacidade instalada ociosa e os trabalhadores estavam desempregados, ou seja, a restrição externa não existia e a oferta de fatores produtivos não tinha nenhuma restrição (BASUALDO, 2020).

Dadas essas condições, a Argentina começou o processo de expansão da sua economia através do aumento da Demanda Agregada, sendo o consumo o principal motor. Os investimentos foram muito importantes até a crise de 2008. Esses estágios expansivos com o aumento dos salários reais e crédito barato provocaram um aumento da atividade econômica e uma euforia nos setores industrial, comercial e exportador, tendo em conta a melhora dos preços internacionais (SCALETTA, 2017). No entanto, esse estágio de crescimento começou a ter dificuldades depois da chegada da crise mundial de 2008. Lentamente, alguns anos depois da crise, o déficit orçamentário finalmente começou a aparecer, a balança comercial desequilibrou-se e a inflação acelerou. Porém, após as turbulências de 2009, em parte pelas medidas adotadas pelo governo, a economia voltou a crescer durante 2010 e 2011, o que permitiu ao governo ganhar as eleições presidenciais deste último ano (KULFAS, 2019).

Mas já em 2015, o processo kirchnerista, iniciado em 2003, culminou com o esgotamento das reservas no Banco Central e em uma crise da balança de pagamentos, o que levou a um estrito controle de câmbios de moedas. Finalmente, o oficialismo perdeu as eleições presidenciais de 2015, com uma evidente restrição externa na sua economia.

Na história argentina do pós-guerra, bem como no período entre 2003 e 2018, os movimentos pendulares entre as coligações marcam que o fim dos governos nacionais e populares acontecem no momento em que restrições externas deixam sem reservas o Banco Central, e quando ocorre uma crise na balança de pagamentos (DIAMAND, 1973). Uma das razões principais para isso é o crescimento da economia com uma estrutura produtiva desequilibrada, devido à desindustrialização do país e à desnacionalização da economia.

Há uma diferença marcante entre os doze anos dos governos analisados em termos de crescimento econômico (PIB), inflação, emprego e no que diz respeito ao apoio que o kirchnerismo recebeu da sociedade nas eleições presidenciais.

A Aliança governante alcançou um crescimento acelerado entre os anos 2003-2008 como resposta a grande crise Argentina de 2001. O período se caracterizou pelas taxas de crescimento Recorde. Mas, entre o 2008 – 2009 surgiu a crise internacional e a nacional com o setor do agronegócio. A recessão não demorou em aparecer e o kirchnerismo perdeu a eleição para renovar o congresso nacional em 2009, na província de Buenos Aires sendo o candidato Nestor Kirchner.

Porém, entre os anos 2010 – 2011, o governo aplicou um número importante de medidas anticíclicas que foram possíveis pela estatização dos fundos da previdência, e aconteceu uma rápida recuperação econômica. No ano de 2011, aconteceram as eleições de presidente e o kirchnerismo ganhou no primeiro turno pela maior porcentagem de votos de todas as eleições presidências que participaram.

Finalmente o último período dos anos 2012 – 2013, se constatou uma desaceleração da economia e um final de 2014 – 2015 de rescisão e retração em alguns setores. A chegada da coalizão nacional e popular ao poder do Estado em 2003 coincidiu, seguindo a tendência iniciada no pós-guerra até o presente, com numa situação na qual a restrição externa não se percebe como um problema devido: a) uma caída do PIB (e por tanto das importações); b) por uma situação internacional favorável que permitem a acumulação de reservas e ou; c) a soma de ambas (DIAMAND, 1983).

Em 2003, o “default” declarado pela Argentina havia suspenso os pagamentos da dívida internacional, a profunda recessão tinha provocado uma queda das importações e o crescimento da economia mundial provocou o aumento dos preços dos produtos de exportações (commodities). Ninguém do governo temia uma que se configura se uma limitação externa da economia (SCALETTA, 2017).

Por outro lado, se descartava o perigo duma restrição por capacidade produtiva, já que devido ao desemprego generalizado, havia uma descomunal oferta dos fatores produtivos, tanto do capital físico ocioso (capacidade instalada), como de trabalho. Toda esta situação levava a pensar que o estágio ascendente do ciclo podia acontecer sem perigo de entrar num processo de inflação e/ou de restrição externa no curto prazo (SCALETTA, 2017).

Dada essas condições, a coalizão Nacional e Popular implementou um programa de incentivo econômico da demanda agregada do mercado interno e iniciou uma fase ascendente do ciclo econômico de acordo com a tendência histórica do país.

A crise de 2001, foi tão profunda que levou à ruptura dentro do bloco dominante de poder econômico no país. Assim, surgiram dois grupos bem marcados que não demoraram muito para projetar um plano econômico personalizado (BASUALDO, 2020).

Por um lado, a coalizão neoliberal, principalmente os credores externos e o capital estrangeiro que se tornou proprietário dos serviços públicos privatizados nos anos 90, defenderam a ideia de dolarizar a economia (BASUALDO, 2020), e continuar com um plano econômico neoliberal. A ideia que defenderam foi que a corrupção e a mal aplicação das

políticas entre 1976 – 2001, provocaram a crise de 2001. Por conseguinte, a saída era colocar um conjunto de economistas formados no exterior que fariam uma função honesta e eficiente, e deixar que os bons resultados fossem chegar (BASUALDO, 2020)

Por outro lado, emergiu um plano econômico da desvalorização da moeda local, que foi defendido por: A Grande Burguesia Industrial<sup>18</sup> (formada por Grupos Econômicos Locais (GEL)), a Burguesia Doméstica<sup>19</sup> e o Setor Popular<sup>20</sup>, a fim de reativar a produção. Esses grupos prevaleceram e formaram a coalizão de apoio ao primeiro governo Kirchner que desenhou um novo programa econômico favorável a seus interesses (BASUALDO, 2020).

Ante o triunfo eleitoral do peronismo<sup>21</sup> (embora, de fato, já tivesse começado o governo peronista com a designação provisória de Duhalde em 2002 como presidente, devido a saída antecipada de Fernando De La Rúa), tanto os credores externos quanto o capital estrangeiro que adquiriram serviços públicos, tiveram que "se disciplinar" e aceitar um plano que não os favoreceu. Esta coligação se encontrava frágil naquele período histórico já que parte dos seus aliados, agora se posicionaram como kirchnerismo. Também seus planos econômicos resultam inadequados para enfrentar a crises de 2001 (BASUALDO 2020).

O kirchnerismo sabia que durante os anos 1976 – 2001, a fração dominante no processo havia sido os Grupos Econômicos Locais (GEL) ou Grande Burguesia Industrial. No entanto, o governo não ia confrontar com os "GEL". Muito pelo contrário, "ele os consideraria o núcleo da burguesia nacional que precisava ser promovido e consolidado para promover o crescimento produtivo-industrial" (BASUALDO, 2017, p.93). Houve, portanto, um retorno às políticas econômicas expansivas.

---

<sup>18</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): A Grande Burguesia Industrial foi formada por grupos econômicos locais e conglomerados estrangeiros que se compartilham da mesma forma. Ambos são diversificados, transnacionalizados e oligopolistas. No início da crise de 2001, eles possuíam dezenas de empresas através das quais operavam em todos os setores e obtinham uma parcela fundamental de sua receita de colocações financeiras. Isso lhes permitiu expandir independentemente da situação econômica geral, o que torna irrelevantes as antigas diferenciações entre capital nacional e capital estrangeiro. De fato, a maioria de seus lucros não foi reinvestida no país, como evidenciado pelos quase cem bilhões de dólares de capital local colocados no exterior, pouco menos do que o montante da dívida externa da Argentina na época. . "Existem semelhanças maiores entre grupos econômicos locais (GEL) e conglomerados estrangeiros do que entre grupos (GEL) e empresas locais independentes", disse o economista Aspiazu.

<sup>19</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): A "burguesia doméstica" são as empresas de propriedade total ou principalmente nacional, com menor densidade de capital do que as empresas da "Grande Burguesia" e que, além disso, geralmente não têm conexões diretas com o capital internacional. O fato de os setores mais fracos da burguesia também serem os mais autenticamente nacionais é uma das características centrais do desenvolvimento associado

<sup>20</sup>Como descreveu O'Donnell Guillermo (1997): O setor popular refere-se à classe trabalhadora e às camadas empregadas e sindicalizadas dos setores médios, e que a Confederação Geral do Trabalho CGT é a organização nacional dos sindicatos trabalhistas e da classe média trabalhadora.

<sup>21</sup> O maior apoio e quem promoveu a candidatura de Nestor Kirchner foi Duhalde, que assumiu a presidência como consequência da crise de 2001.

Dessa forma, a Coalizão Nacional e Popular conseguiu chegar ao poder novamente com uma nova configuração de seus atores que duraria até o momento em que a crise global de 2008 foi desencadeada, juntamente com o conflito com a agricultura e a restrição externa da economia. Nesse ponto, o mapa de alianças da Coalizão seria reconfigurado.

Respeito as medidas econômicas<sup>22</sup> da aliança governante (2003-2015) temos expressado que em seus doces anos de governo, não alcançaria um desenvolvimento sustentável no longo prazo devido a suas limitações para modificar a estrutura produtiva (BASUALDO, 2017).

Resulta adequado agora descrever o processo de crescimento econômico que aconteceu no período dos governos nacionais e popular, as razões que levaram a ser reeleitos em 2007 e 2011<sup>23</sup>.

Um dos objetivos principais do kirchnerismo, atento ao desencanto que se encontrava a sociedade argentina com sua classe política a partir da crise de 2001, foi conciliar a classe dominante com a população, obter a legitimidade perdida durante o neoliberalismo e fortalecer o regime democrático (BASUALDO, 2017).

Para isso, tentou restabelecer o compromisso histórico que tinha surgido no pós-guerra. O governo procurava que nossa economia se concentrasse e se movimentasse por meio dos lucros que os empreendedores – ligados à produção – alcançam e reinvestem. Esses reinvestimentos teriam a função de legitimar a dominação social dos capitalistas: a elite econômica argentina poderia argumentar que seu interesse setorial em alcançar esses ganhos é do interesse geral da sociedade, devido que através de seus investimentos a elite gera emprego e crescimento econômico. E com os impostos que então capitalistas, trabalhadores e outros pagam, o Estado pode fornecer vários bens, mesmo para os trabalhadores e setores mais desprotegidos. Esta é basicamente o “Compromisso Histórico” promovida pelos governos nacional e popular na Argentina ao longo de sua história e que surgiu no mundo pós-guerra nos países centrais (O'DONNELL, 2001).

Com essa finalidade o modelo macroeconômico se fundamentou na combinação de três elementos para aumentar a demanda agregada as quais constituem as principais medidas econômicas: a desvalorização da moeda que permitiu ter um tipo de câmbio real alto, cobro de

---

<sup>22</sup>Até este ponto, vimos algumas das características perversas do período neoliberal em Argentina 1975 – 2001 que foi imposto com o terrorismo de Estado. Também suas consequências políticas e a continuação desses programas durante os anos 90 que levaram a crise de 2001.

<sup>23</sup>Também, se analisará o que levou a Aliança Defensiva a perder em 2015, as eleições de presidente para ganhar novamente em 2019. Por conseguinte, o tempo do trabalho representa um ciclo econômico e político completo com suas dos faces (ascendente-descendente).

imposto as exportações de commodities e controle de ingresso do capital financeiro (BASUALDO, 2017). Desta maneira:

a) A forte desvalorização da moeda num contexto de recessão e de alto desemprego gerou um “shock” na atividade produtiva: os ganhos se acrescentaram pelos baixos salários. Além disso, o custo financeiro era quase inexistente e as tarifas dos serviços públicos não aumentaram por lei. Isto provocou um aumento na substituição de importações (BASUALDO, 2017).

As exportações cresceram devido ao incentivo do aumento de preço dos exportáveis como consequência da desvalorização da moeda. Mas, também, o ciclo econômico mundial favoreceu com a subida dos preços dos commodities. Os termos de troca foram revertidos e possibilitou um crescimento anual de 8,1% nas exportações<sup>24</sup>(SCALETTA, 2017).

Por outro lado, no início do ciclo, havia uma capacidade produtiva ociosa acentuada que permitia uma rápida reativação da economia real à medida que o governo promovia o aumento do salário real. Este incentivo salarial não gerava perigo de inflação e produzia o aumento do consumo (SCALETTA, 2017).

b) Os impostos as exportações permitiram atingir superávit fiscal e redistribuir as rendas que gerou o novo tipo de cambio. Por outro lado, os impostos sobre as exportações impediram que os maiores preços se trasladassem aos consumidores (SCALETTA, 2017). Tudo isto levou a obter um superávit duplo. O governo orgulhosamente mostrava os balanços comerciais e fiscais positivos.

c) O controle da entrada do capital financeiro adotado pelo governo queria acabar com o modelo baseado na especulação financeira da etapa 1975-2001. O governo devia ser criativo e encontrar soluções para um processo de globalização, enfatizado nas últimas décadas, o qual carrega o peso significativo do capital financeiro que pode rapidamente entrar ou sair dos países e que gera restrições significativas em suas políticas macroeconômicas. Diante dessa realidade,

---

<sup>24</sup> A deterioração dos termos de troca foi apontada por Raúl Prebisch e pelos estudos da CEPAL como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Para Prebisch, era uma tendência secular. Isso significa que os produtos exportáveis clássicos da América Latina (primários, alimentos) baixam seus preços, enquanto os produtos importados por esses países (do mundo desenvolvido) aumentam (industriais). Dessa maneira, a restrição externa se torna mais frequente e difícil de resolver. Daí a necessidade de obter maior industrialização na América Latina, substituir importações e aumentar as exportações, a fim de evitar restrições externas e as crises "Stop and Go", tão comuns na região. Raúl Prebisch descreveu-os assim: "... há uma tendência secular de deterioração dos termos de troca entre matérias-primas e alimentos, por um lado, e bens industrializados, por outro. Dada a especialização dos países em desenvolvimento na produção de matérias-primas e alimentos, a tendência de deterioração dos preços desses produtos levaria à tendência de deterioração nos termos de troca desses países" (PREBISCH, citado em O'DONNELL 1997, p.42). Consequentemente, os países latino-americanos descobriram que sua capacidade de importar diminuiu com o tempo.

para o governo, o principal era garantir que grande parte do capital financeiro estivesse ligado ao desenvolvimento de estruturas produtivas – industriais, agrícolas e comerciais – que as financiava e das quais viria, conseqüentemente, grande parte seus próprios ganhos. Portanto, seria do interesse direto do capital financeiro que a estrutura produtiva da Argentina se expandisse e prosperasse. Apesar de ser inevitável que parte do capital financeiro se deslocasse para operações especulativas ou fuga (BASUALDO, 2017).

As taxas de juros locais foram inferiores à inflação. Assim, houve um desvio de capital do setor especulativo para o setor produtivo da economia que favoreceu o consumo e a especulação deixou de ser um bom negócio. O investimento e a taxa de lucro recuperados aumentaram. O investimento bruto atingiu 23,8% por ano, no período 2002 – 2007 e a economia ganhou estabilidade frente aos imprevisíveis movimentos de capitais internacionais (BASUALDO, 2017).

Em definitiva todos os componentes do PBI cresceram: Consumo, Exportações, Investimentos, Gastos do Governo; ao mesmo tempo em que as importações não foram significativas para deter a fase ascendente.

## 2.2 Crise de 2008

O governo havia começado o ano 2008 com um grande conflito com o setor agrário. Quando estava começando a superá-lo, a crise de 2008 surgiu nos Estados Unidos e rapidamente se expandiu para a Europa.

A Aliança Governante tinha conseguido obter o acúmulo de reservas externas devido aos bons resultados no balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, reestruturou sua dívida e cancelou muitas obrigações externas. A Argentina não foi exposta pela crise mundial no seu setor financeiro. A Aliança Governante, desde o início de seu mandato, diminuiu a incidência de capital financeiro, o que constitui uma das diferenças substanciais entre o modelo Aliança Popular (2003 – 2015) e o modelo neoliberal de 1975 – 2001 (SCALETTA 2017).

No entanto, nem a região nem a Argentina conseguiram escapar dos efeitos negativos sobre o comércio exterior: a diminuição do volume das exportações e dos preços dos produtos de exportação, a saída de capitais do país (voo de qualidade ou fly to quality) gerou a escassez de divisas que, provocou a compra de moeda internacional pelas empresas e as famílias que acharam que uma desvalorização da moeda ia acontecer. O foco econômico da sociedade passou para a especulação (SCALETTA 2017).

A partir desse momento, o balanço de pagamentos seria um problema que, seguindo as tendências da história do país geraria tensões na dimensão política. Estas são as causas da reconfiguração da aliança governante e do plano econômico que analisamos neste apartado.

Ante esta situação a Aliança Governante fez um pacote de medidas econômicas anticíclicas, que teve em conta a nova composição dos atores que a formavam e que seriam sua base política.

Em primeiro lugar, como medida mais impactante, o governo modificou o sistema da previdência que havia sido privatizado na década dos 90'. Por conseguinte, os fundos que, por décadas estiveram em mãos privadas, como os aportes futuros dos trabalhadores voltaram para as mãos do Estado. Isto deu espaço para desenvolver políticas anticíclicas para fortalecer o mercado interno em favor do setor popular e burguesia urbana. Estes atores passaram a constituir a principal base política e social do governo dada a reconfiguração do mapa das alianças políticas que a crise provocou (SCALETTA 2017 e BASUALDO 2020).

Outra medida anticíclica que teve importantes consequências foi o Auxílio Universal à Criança. Desde o ponto de vista econômico implicou o fomento ao Consumo. Também o governo anunciou que se tratava de uma reivindicação ao setor popular que foi o principal prejudicado pelas políticas neoliberais do período 1975 – 2001 (BASUALDO 2020).

O governo comprou o 51% da petroleira YPF, que havia sido privatizada na década dos 90, e começou um processo de investimentos no setor energético. Se tratou de incentivar a demanda agregada e de evitar importações de energia. Além disso, surgiu um plano nacional para a construção de casas (GRIMSON, 2019). Finalmente, o governo fez um programa de recuperação produtiva para empresas que consistiu em subsídios para o pagamento de salários.

Com as novas medidas econômicas e a recuperação mundial da economia as turbulências finalmente não causaram uma crise na balança de pagamento. Assim, o governo retornou ao crescimento econômico durante os anos 2010 e 2011 o que permitiu vencer por ampla margem nas eleições de 2011.

Com a crise mundial de 2008 e o conflito do governo com o setor da mídia, o agronegócio e a Grande Burguesia Industrial abandonaram, no meio desses conflitos, a Coalizão Nacional e Popular e passaram a formar parte da Coalizão Ortodoxa e seus programas de estabilização e ajuste. Esta tendência de longo prazo que analisamos antes, também se observou no período. Consequentemente, a primeira coalizão formada pelo Kirchnerismo se desfez (BASUALDO 2017).

Uma das originalidades da Argentina<sup>25</sup> tem sido o comportamento assumido pela grande Burguesia Urbana (O'DONNELL, 1997), desde o pós-guerra até o presente, durante as faces ascendentes e descendentes dos ciclos econômicos. Dada sua posição, este ator conseguiu se beneficiar em todo momento com a chegada das crises e os câmbios de governos e de programas econômicos.

A grande burguesia urbana, como setor predominante, é o ator que mais teme a possibilidade de uma crise no balanço de pagamentos (diante da escassez de dólares) porque essa situação leva, quase sempre, os governos a estabelecer duas medidas: a) controles estaduais de preços e; b) controles cambiais (O'DONNELL, 1997).

O primeiro só pode ser aplicado nas "empresas líderes", ou seja, na grande burguesia. Respeito ao controle de moedas eles impedem que as firmas transfiram suas moedas acumuladas na fase ascendente para o exterior (fuga do dólar), também o acesse ao crédito internacional<sup>26</sup> além disso, restringe as importações o qual prejudica a indústria. Conseqüentemente em 2008, diante da chegada eminente da crise dos pagamentos, a grande burguesia se aproxima da coalizão ortodoxa, promovendo programas de estabilização. O momento da oscilação da grande burguesia foi o conflito distributivo do campo, e a crise. Momentos chaves que foram determinantes para um novo plano de governo (O'DONNELL, 1997).

Conseqüentemente, com o pêndulo da Grande Burguesia Urbana, o governo, juntamente com as frações fracas da burguesia urbana e o setor popular, perde um poderoso aliado (GRIMSON, 2019). Em geral esse enfraquecimento, somado à eclosão da crise, constituem causas para um governo seja derrotado nas eleições presidenciais. Inclusive, durante o ano 2009, o governo obteve resultados desfavoráveis nas eleições para o congresso nacional. Nestor Kirchner perdeu as eleições na província de Buenos Aires. Parecia que o fim do Aliança governante estava acontecendo<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Também no Uruguai aconteceu esta situação (O'DONNELL, 1997).

<sup>26</sup> Esse acesso ao financiamento internacional é uma oportunidade para obter benefícios a través da especulação.

<sup>27</sup> Outro aspecto que debilita a coalizão Nacional e Popular é que, com a reativação da economia, ela tende a se enfraquecer, dada sua configuração de multiclassas. "Os sindicatos e a burguesia inferior, por si só, diante do boom econômico, começam a questionar vantagens do Estado. Além disso, não surpreende que surja uma luta distributiva "habitual" entre essas duas classes. No 2008 a aliança defensiva já tinha começado a atuar cada um por sua conta (O'DONNELL, 1997). Pelo contrário, essa coalizão ganha força nas fases descendentes do ciclo quando a coalizão ortodoxa está no poder e empreende seus planos de ajustar a economia e por conseguinte, provoca que os trabalhadores demandem aumentos salariais e os empresários medidas para aliviar os sufocamentos dos pequenos e médios empresários nacionais.

Assim, como afirmado neste artigo, diante das crises econômicas, a percepção da população sobre o desempenho do governo e as intenções do voto para presidente mudam.

Em geral, esses pêndulos do GEL coincidem com as mudanças de governo na história da Argentina desde o pós-guerra<sup>28</sup>. Existe uma estreita relação entre as crises econômicas, a configuração das coalizões e a teoria do voto econômico.

No entanto, um caso excepcional foi a crise de 2008. O governo conseguiu reverter a recessão com medidas econômicas ágeis e políticas anticíclicas que permitiram uma recuperação econômica surpreendente a partir de 2009 e que, por sua vez, lhes permitiram vencer as eleições de 2011 e disciplinar capital financeiro internacional, aos GEL, a mídia concentrada, entre outros (BASUALDO 2020).

Porém, no período analisado neste trabalho (2003 – 2019) se focamos a atenção na Grande Burguesia Industrial resulta evidente que percorreu um arco inteiro do pêndulo<sup>29</sup> passando pelas duas coalizões dominantes e colocando-se na posição vencedora nas fases ascendente e descendente dos ciclos econômicos.

Após o notório crescimento na primeira etapa, surgiram vários problemas na economia argentina que podem ser classificados em: a) Estruturais (restrição externa, fuga de capitais, desnacionalização da economia) e; b) Conjunturais (crise mundial de 2008, crise energética, conflito com o agro e a mídia) (BASUALDO, 2017).

Num primeiro momento, no período 2008 – 2011 o governo conseguiu resolver os problemas da crise de 2008 e voltar ao crescimento em 2010 e 2011 com taxas elevadas.

---

<sup>28</sup>A relação entre crise, coalizões e accountability eleitoral é clara. Basta analisar o comportamento do GEL passando por todo o arco do pêndulo para observá-lo. Nesse sentido, o percurso dos GEL pode ser descrito da seguinte forma: em 2001, com a eclosão da crise, a cessação internacional de pagamentos, a queda do PIB, o desemprego etc., a Grande Burguesia Industrial deixou a Coalizão Ortodoxa e tornou-se parte da Coalizão Nacional e Popular, pois se beneficia das políticas econômicas para reativar a economia, ou seja, obteve múltiplos lucros com o crescente ciclo econômico da primeira etapa do Kirchnerismo. Agora, uma vez que o crescimento econômico foi sustentado ao longo do tempo, uma nova crise começou a se desenvolver na Argentina, dada a estrutura econômica, a fuga de capitais, a desnacionalização da economia, o aparecimento de restrições externas - fatores estruturais - além da crise mundial de 2008, do conflito com a agricultura e da iminente crise da balança comercial. Nesse momento os Grupos Econômicos Locais temiam a aplicação de medidas como: controle de preços e controle de câmbio. Dessa forma, eles retornaram à coalizão ortodoxa para se tornar parte do governo da Aliança Cambiemos. Em 2015 com a chegada de Cambiemos ao governo e seus planos econômicos de ajuste, os GEL atingiram finalmente encaminhar as moedas acumuladas nos governos kirchneristas. Também, puderam fixar os preços com liberdade e até e diminuíram os impostos de exportação que eles pagam. Todas as leis do kirchnerismo que, começaram em 2011: controle de câmbio e controle de preços foram cancelados. Além disso, os impostos das exportações foram reduzidos e os GEL tiveram a vantagem de poder liquidar suas exportações em bancos localizados em outros países, entre outras coisas. Com a chegada da crise econômica no governo de Cambiemos em 2018, a queda da economia no país era preocupante o PIB caiu -4,3 só no 2019, a capacidade produtiva da economia estava em um 60% aproximadamente. Além disso, os dados da inflação, do desemprego e da dívida internacional subindo tudo junto sem controle. Ante essa situação os GEL finalmente se incorporaram na coligação nacional e popular que ganhou as eleições de presidente no 2019.

<sup>29</sup>Essas mudanças recorrentes foram possíveis porque o Estado argentino nunca teve a força suficiente para impor-lhe outro comportamento, que permitiria o desenvolvimento da economia (O'DONNELL, 1997).

Porém no período de 2012-2015 os fatores estruturais das crises se agravaram notoriamente. Neste ponto tentamos analisar as causas que levaram a crise em 2015 e a derrota da aliança governante em 2015.

Restrição externa: Os processos de crescimentos econômicos na Argentina, sempre aumentaram o ingresso nacional e provocaram um maior poder de compra dos trabalhadores<sup>30</sup> o que levou a aumentos na demanda por produtos do setor industrial com grande componente importado, ainda nos casos que sejam produzidos no país (BASUALDO, 2017).

Nos países com estruturas econômicas desequilibradas esse crescimento da economia, do salário e do consumo provoca a necessidade de aumentar as importações de insumos, máquinas, energia, entre outros, que resultam essenciais para manter aumentos de produção industrial e os níveis de emprego e ingressos da população, e que não podem ser substituídos pela produção local no curto prazo de tempo (DIAMAND, 1973).

Essa expansão das importações para o período (2003 – 2015), provocada principalmente pelo setor industrial, sempre teve um ritmo de crescimento maior do que o aumento das exportações e levou ao esgotamento das divisas internacionais (SCALETTA, 2017) e que, provocou a queda do processo de crescimento. A falta de moeda estrangeira para importar produziu a caída da atividade industrial nos governos kirchnerista. Desta forma, a indústria automotriz, por exemplo, foi uma das primeiras em diminuir sua produção e suspender seus trabalhadores ao momento já que não contava com as permissões para importar. A crise não foi provocada por falta de demanda agregada nem porque a oferta potencial diminuiu. Muito pelo contrário, foi a limitação de importações por falta de moeda estrangeira na economia nacional que provocou a queda econômica e o desemprego (KULFAS, 2019).

Basta com analisar, de acordo com Kulfas alguns aspectos da evolução da indústria automotriz, da energia e da eletrônica para mostrar como o processo de esgotamento de divisas foi se configurando. A avaliação na indústria automotriz marca que “... a produção de carros na Argentina dos anos 70 foi de 196.000 unidades aproximadamente. Essas unidades eram nacionais por completo, não tinha peças importadas” (KULFAS, 2019, p. 162). Porém, durante os governos kirchneristas “a produção média subiu para 570.000 unidades. Mas, só um 30% do total das unidades é produzido no país” (KULFAS, 2019). Por conseguinte, a escassez de

---

<sup>30</sup> “El fuerte impulso al consumo de celulares, notebooks y netbooks, televisores, autos etc, llevados a cabo en la segunda fase kirchnerista, junto a la desintegración de la industria nacional ocasionaron déficits imparables” (BASUALDO, 2017, p 63). Em poucas palavras, a estrutura econômica desequilibrada da Argentina apareceu mais uma vez.

dólares levou a queda do setor automotriz com todos os efeitos recessivos na economia nacional.

Porém, para Kulfas (2019), foi a própria política industrial dos governos da coligação popular que promoveu um regime produtivo que gerou um déficit de divisas. A crise poderia ter sido evitada com programas de poupança e geração de divisas (DIAMAND, 1973).

Os déficits também ocorreram no setor de energia. Neste caso o processo iniciou-se com a desregulamentação da atividade na década de 90' e a superexploração dos poços de petróleo para vender ao mercado internacional que foi esgotando as reservas. A isto, se somou à crescente demanda local. Mas, para Kulfas a Aliança governante agravou esse problema. Desta maneira,

“entre os anos 2003 – 2015, os subsídios ao consumo das famílias que concedeu o governo aumentaram a demanda de energia em forma acelerada. O 59% do incremento da demanda de energia entre os anos 2007 e 2013 foram provocados pela população e os preços baixos. Kulfas menciona entre outros produtos que, o país incorporou 3.200.000 equipes de ar condicionado para as famílias que não tinham necessidade de poupar consumo elétrico pelos baixos preços” (KULFAS, 2019, p.163).

Essas ações provocaram uma distorção enorme do consumo. A consequência foi que o governo peronista, com sua volta ao poder em 2019, considere a energia como um problema macroeconômico devido ao alto déficit de divisas que ocasiona (KULFAS, 2019), e a secretaria de energia passou a ser uma dependência do Ministério de Economia.

Também, a eletrônica foi causa dos desequilíbrios da balança de pagamentos. Igual que no caso da energia os subsídios não favoreceram uma indústria local que possa ser considerada nascente. A indústria argentina só participava de uma pequena parte dessa produção. A falta de apoio aos produtores locais teve duas consequências (KULFAS, 2019), são elas:

a) O crescente déficit de divisas devido as cada vez mais elevadas importações que, levaram a crise na balança de pagamentos e; b) Os subsídios ao setor que ajudaram a desenvolver indústrias estrangeiras ao mesmo tempo em que deixavam o déficit no orçamento do governo e no consumo de energia (KULFAS, 2019).

A restrição externa constitui uma parte essencial do drama econômico que a Argentina vive desde o momento em que começou com os processos de substituição de importações nos anos 40, e a causa das crises de “stop and go” que provocaram tantos estudos sobre o assunto. Porém, a falta de planificação dos governos não permite achar uma solução que permita atingir o crescimento sustentado (O'DONNELL; 1997).

Fuga de capitais e desnacionalização da economia também agravaram o problema: A fuga de capitais surgiu como consequência de uma crise de confiança que, por sua vez, é explicada pela crise mundial de 2008, pela luta distributiva na Argentina e a restrição externa que começava a gerar escassez de dólares e suas consequências para o aparato produtivo. Essa saída de moeda estrangeira também foi devido a alta concentração de proprietários estrangeiros no aparato produtivo de Argentina, entre outras razões (BASUALDO, 2017).

A elite econômica argentina, com a falta de divisas, tendeu a dolarizar suas carteiras de investimentos e a fugir cada vez mais para outros países com maior desenvolvimento da sua economia (*fly to quality*) (BASUALDO, 2017). Para Basualdo (2017, p. 107) “os fundos pertenciam a grandes empresas oligopolistas ou privados que acumularam lucros que não seriam reinvestidos no país”. Em efeito, a partir do ano 2008, iniciou se um período de aceleração de fuga de capitais, envio de dividendos e utilidades ao exterior pelo capital estrangeiro que contribuíram a conformar a restrição externa (BASUALDO, 2017).

Isso pôs fim ao “círculo virtuoso criado entre 2003-2007, no qual o crescimento do investimento foi registrado em média 23,8% ao ano pela elite econômica. Já no período (2008-2015) esse crescimento alcançaria apenas 1,1% (2008-2015)” (BASUALDO, 2017 p. 83).

Na verdade, a fuga de capitais é um fenômeno que não está separado da escassa diversificação da estrutura produtivo-industrial e nem dos escassos investimentos em energia. A saída de dólares consiste, para um país como Argentina, em uma perda de investimento o qual é indispensável para realizar uma modificação da estrutura produtiva. Nos acontecimentos como: a fuga, déficits do setor industrial e de energia, as limitações do governo podem ser verificadas (BASUALDO, 2017). O esgotamento das reservas em moedas estrangeira não demorou em chegar e o ciclo que descremos se constatou: “a crise debilitou a aliança governante e trouxe a perda de apoio popular o governo ficou cada vez mais débil ate perder as eleições para presidente em 2015.

Esses pontos demonstram a incapacidade do Kirchnerismo de direcionar o desenvolvimento das forças internas necessárias para reorientar o papel do investimento do grande capital em setores-chave da economia que permitem o progresso em direção ao desenvolvimento local. Os anos de 2008 a 2015 são marcados por intensas lutas sociais e políticas que buscam redefinir um novo padrão de acumulação (BASUALDO, 2017).

Ao analisarmos as tendências de longo prazo que marcam os processos econômicos do Kirchnerismo e do Macrismo (2003 – 2019), referimos que a Aliança Nacional e Popular teve sucessos retumbantes na história argentina o que lhe permitiu atingir seus limitados objetivos

em várias oportunidades (desde o pós-guerra até o presente): conseguir derrotar a coalizão ortodoxa, pôr fim a política econômica restritiva da ortodoxia, e iniciar ciclos expansionistas e de crescimento econômico na Argentina (que permitiram fazer avanços significativos nos objetivos de pleno emprego da economia e distribuição justa da riqueza) (O'DONNELL 1997).

Porém, esses objetivos limitados, ainda que foram atingidos resultaram insuficientes e não permitiram avançar sobre a estrutura produtiva desequilibrada da Argentina. Um projeto que incluía uma modificação dessa estrutura permitiria acabar com as recorrentes crises na balança de pagamentos e permitiria a aliança nacional e popular alcançar uma hegemonia que permita uma dominação mais estável e prolongada. Ainda que como foi advertido por Poulantzas o processo quase sempre gera fortes tensões (POULANTZAS 1985).

A tendência de longo prazo também seria observada no período 2003 – 2015 do governo Kirchner como surge deste capítulo. Nossa hipótese é que, diante da limitação dos objetivos nos planos econômicos kirchneristas, o crescimento econômico se registrou durante os primeiros anos de forma notória, num contexto internacional favorável. Mas, esse crescimento, por outro lado, trazia a semente da crise já que o governo não desenvolveu um plano para conseguir e poupar divisas e para modificar a estrutura produtiva.

O coeficiente de importações começou a subir pelo elevador e as exportações pela escada. Num momento, a balança de pagamento demonstrou que a economia argentina não contava com divisas para continuar crescendo e os processos especulativos de compra e fuga de divisas apareceram enquanto os investimentos foram deixados de lado (COLOMBINI NETO, 2016). Isto trouxe a consequência a esperada: a chegada da crise e à derrota nas eleições de 2015.

### 3 A ALIANCA CAMBIEMOS (2015 – 2019)

Na história argentina, as políticas ortodoxas refletem o pensamento e o sentimento do setor financeiro internacional (e nacional), o exportador tradicional, a burguesia pampeana e a grande burguesia industrial (DIAMAND, 1973; O'DONNELL, 1975). Porém, no ano de 2015, o Governo de Cambiemos conseguiu ampliar essa clássica coligação ao adicionar o apoio de um importante número de sindicatos associados à toda a classe empresarial através de suas associações de construção civil, agronegócio, indústria, a mídia hegemônica, embaixadas estrangeiras, entre outros atores (SCALETTA, 2017).

#### 3.1 Fase descendente do ciclo

Nesse sentido, a coligação ortodoxa, quando chegou ao poder, teve que enfrentar a crises da balança de pagamentos. Sua resposta ao problema foram pacotes de medidas que envolveram uma desvalorização acentuada da moeda, um aumento nos rendimentos agrícolas, uma queda nos salários reais, um aperto monetário drástico, uma recessão de maior ou menor profundidade e um esforço deliberado para atrair capital estrangeiro. De acordo com a ortodoxia, a recessão e a queda dos salários reais não passariam de danos temporários que corresponderiam a um período inevitável de sacrifício, necessário para ordenar e limpar a economia, funcionando como base para o crescimento e bem estar. No entanto, como em toda a história econômica e política da Argentina, este saneamento e decolagem nunca se deu (DIAMAND, 1973).

Como já aconteceu em outros períodos históricos, a política ortodoxa foi apresentada com certo sucesso pela mídia no início (DIAMAND, 1973). Porém, em 2018, ocorreu uma crise de confiança. O fluxo de capital estrangeiro foi revertido. Os empréstimos estrangeiros que entraram em um primeiro momento começaram a fugir. Houve uma forte pressão sobre as reservas cambiais, uma crise no mercado cambial e uma forte desvalorização do peso argentino. Os salários reais caem, a demanda diminui, a taxa de inflação aumenta novamente de forma acentuada e cai de volta para uma recessão, mais profunda do que a anterior (DIAMAND, 1973).

Finalmente o Governo de Cambiemos perdeu as eleições em 2019 e a coligação Nacional e Popular resultou vencedora. Ambas as coligações, com seus modelos econômicos, levaram a crises profundas no setor externo da economia. Consequentemente, ambas coligações justificaram os seus fracassos de forma semelhante: "o principal erro foi devido à falta de poder

político suficiente para realizar seus projetos"(DIAMAND, 1983, p.3). Os analistas políticos argumentam que a solução era apenas política, "era alcançar o poder político suficiente, permanecer e dar frutos" (DIAMAND, 1983, p.3).

Com a transferência de comando em 2015, é possível ver claramente as diferenças nos modelos econômicos do Peronismo e da Aliança *Cambiamos*. Nesse sentido, enquanto o foco dos governos Peronistas era alcançar o pleno emprego e redistribuição de renda em favor do setor popular a traves do crescimento econômico, o qual se alcançaria com a expansão da demanda agregada. Com a Aliança *Cambiamos*, os objetivos mudariam para um ajuste econômico, e a modificação da estrutura do Estado que favoreceria ao setor financeiro internacional, setor exportador, as empresas transnacionais de energia, principalmente (BASUALDO 2020 e SCALETTA 2017).

O modelo econômico da aliança nacional e popular consistiu em aumentar o poder de compra da sociedade com foco no setor popular, o que aumentaria o consumo de bens industriais. Na sua vez, o aumento da demanda desse tipo de bens permitiria realizar o processo de industrialização por substituição de importações no país o que favoreceria ao setor industrial (SCALETТА 2017).

Porém, os requerimentos de divisas para esses objetivos são enormes e essas divisas não pode ser gerada pela indústria dados os altos preços de produção, isto em razão da estrutura produtiva desequilibrada. Neste sentido, só o setor exportador, especializado em commodities, consegue produzi-las. Num primeiro momento, o equilíbrio da balança de pagamentos foi atingido. Mas, à medida que o poder de compra aumenta e a industrialização avança e dada a crise mundial de 2008, a economia começou a ter dificuldades na balança de pagamentos e conflitos distributivos (SCALETТА 2017).

O Peronismo, durante os anos de 2012 a 2015, enfrentou essas turbulências e sua equipe econômica promoveu o Consumo Interno e os gastos do Estado como medidas anticíclica, justamente para evitar a queda do PIB. Finalmente a crise na balança de pagamentos e a perda das reservas de divisas levaram ao governo a perder as eleições presidenciais de 2015.

No entanto, quando *Cambiamos* chegou ao governo, realizou um diagnóstico oposto ao do governo que deixava o poder. Para a nova equipe econômica, os governos Peronistas (2003-2015), com suas políticas expansivas em uma primeira etapa e anticíclicas numa segunda etapa, produziram um desequilíbrio macroeconômico e a crise na balança de pagamentos que teve o efeito de interromper o crescimento. Ambas as situações (desequilíbrios e paralisação do crescimento), para o novo governo, foram o produto do intervencionismo estatal que promoveu

uma expansão excessiva do consumo interno com base nos altos salários dos trabalhadores e nos aumentos dos gastos públicos, o que provocava um significativo e crescente déficit fiscal que promoveu um processo inflacionário ascendente. Também a regulação da economia com o controle de câmbio, permissões de exportações e subsídios ao consumo prejudicou o crescimento (BASUALDO 2020).

Dessa maneira, o novo governo estabeleceu dois objetivos principais para sua gestão:

a) Uma política de "Ajuste Econômico" que consiste numa série de medidas para restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos e fiscal.

b) Uma modificação da estrutura estatal (surgida durante os governos Kirchneristas). Se devia deixar de lado a regulação surgida no período 2003 – 2015, como controle de câmbios, permissões de importação, proibição de comprar divisas, controle dos fluxos financeiros, subsídios, entre outras normas que implementou o governo anterior para intervir na economia (BASUALDO 2020).

Nenhum desses objetivos foi admitido pela Aliança *Cambiemos* durante a campanha eleitoral, exceto quando foram divulgados por engano<sup>31</sup>. Para entender melhor o desempenho macroeconômico da Aliança *Cambiemos* e seus efeitos subsequentes nas eleições nacionais de 2019, se faz necessária análise de três questões: a) A *primeira* questão é examinar o ajuste econômico realizado. É importante explicar como as três variáveis clássicas que afetam os eleitores se deterioraram: PIB, inflação e desemprego; b) A *segunda* é investigar o "bloco de poder" ou o grupo de poder que conduziu o processo político, econômico e social. Nesse sentido, serão analisadas as principais autoridades do gabinete nacional para entender quem eram e que ligação tinham com os setores de poder na Argentina e; c) A *terceira* questão é considerar as consequências econômicas na sociedade argentina na hora de votar para presidente. Por que razão a sociedade não acompanhou a reeleição do presidente Macri e voltou a escolher ao candidato da aliança popular? A evolução do PIB, inflação e desemprego para a sociedade resultou crucial.

---

<sup>31</sup> Nesse contexto, o deputado Federico Sturzenegger explicou, durante uma conferência pública na Universidade de Columbia, nos EUA, como foi aconselhado pelo chefe da campanha de seu partido (PRO) a falar na televisão antes das eleições de 2013. Disponível em: <https://www.infobae.com/2015/07/29/1744747-los-cuatro-consejos-duran-barba-los-candidatos-del-pro/>. Acesso em: 04/01/2021. Também, disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-278262-2015-07-30.html><https://www.economistaamerica.com/politica-eAm-ar/noticias/6904661/07/15/Las-asombrosas-ensenanzas-de-politica-de-Duran-Barba-a-Federico-Sturzenegger.html>. Acesso em: 04/01/2021.

### 3.2 Crise

Durante a gestão da Aliança *Cambiemos*, segue-se uma orientação definida, mas é possível distinguir duas etapas cujo ponto de inflexão foi a corrida cambial iniciada em 2018.

Na primeira, as medidas recessivas implementadas foram de menor magnitude dado o denominado "gradualismo" expressão usada pelo governo para caracterizar seu primeiro período no qual o nível de ajuste levado a cabo foi inferior ao que deveriam ter aplicado, de acordo com sua visão econômica (BASUALDO, 2020).

Já na segunda etapa, as mesmas medidas foram aplicadas de forma inflexíveis, e por isso os efeitos recessivos foram mais pronunciados. Isto se explica, já que nesta etapa o governo devia dar cumprimento as condições dos créditos com o FMI. Isto aprofundou a fase recessiva causada pelas políticas econômicas do governo (BASUALDO, 2020).

Nesse momento, trata-se de narrar como e por que o país caiu numa recessão tão forte ao mesmo momento que a inflação saiu do controle do governo. A crise e as dificuldades que provocaram na população, finalmente influenciaram as decisões dos eleitores de não outorgar a reeleição ao Presidente Macri de *Cambiemos* em 2019.

Como já dissemos, respeito as medidas econômicas, para os funcionários de *Cambiemos*, a restauração do equilíbrio econômico e o acesso aos mercados internacionais de crédito seriam condições suficientes para o estabelecimento de novos investimentos para impulsionar o crescimento econômico<sup>32</sup>. Com essas ideias, uma intensa sucessão de medidas de políticas econômicas foram realizadas, impactando a economia real.

As primeiras medidas da Aliança *Cambiemos* foram:

1) Terminar com a regulação do controle de câmbios, suprimir as limitações das importações e produzir uma forte desvalorização da moeda. A desvalorização da moeda nacional em razão do desequilíbrio externo. Esta medida, nos países desenvolvidos –com

---

<sup>32</sup>O Primeiro Ministro da Economía do Gobierno de *Cambiemos* anuncio em 16 de dezembro de 2016 a desvalorización e o fin do controle de cambio (ações): “Entendemos que levantar el cepo, levantar aquellas trabas que están frenando hace muchos años la economía va a ser el puntapié para poner a la economía en un sendero de crecimiento. Esta economía esta ahogada por los cepos... esto es cómo funcionan las economías normales en cualquier lugar del mundo y la lógica de ir normalizando la economía es volver a crecer”. O presidente Macri também declarou durante a campanha: Irão sobrar dólares na Argentina a partir de dezembro. Eu deixei a taxa de câmbio flutuar. Mas teremos que sustentá-lo, porque tantos recursos virão que a moeda (o peso) tenderá a valorizar (El CRONISTA, 17/3/2015).

estruturas produtivas equilibradas– tem o efeito incentivar as exportações e a substituição de importações atingindo o equilíbrio. Nesses países se trata de medidas expansivas.

Muito pelo contrário, numa EPD como a Argentina a desvalorização da moeda leva a uma recessão. As razões disto se deve a que em Argentina as exportações industriais não competem com preços internacionais, por conseguinte, ainda que seja uma pronunciada modificação do tipo de cambio não produz um aumento das vendas ao exterior. Enquanto as importações, em boa medida, são essenciais para o funcionamento da capacidade produtiva instalada no país e só podem diminuir em pequenas porcentagens sem danar essa capacidade. Ou seja, a desvalorização da moeda não aumenta as exportações nem diminui as importações em forma considerável. Porém, a medida tem o efeito de equilibrar a balança de pagamentos por meio da recessão econômica que produz. Em outras palavras, nas EPD uma desvalorização monetária gera um efeito recessivo (DIAMAND, 1973; DIAZ ALEJANDRO, 1978).

A causa da recessão induzida são vários: por um lado, a desvalorização do tipo de cambio provoca o aumento de todos os produtos importados e esse efeito se transmite a todos os preços da economia. Se origina um processo inflacionário que se denomina “inflação cambiaria” (DIAMAND, 1973) que tem como única causa a desvalorização da moeda (este tipo de inflação se deve diferenciar da inflação produzida pelo excesso de demanda).

Outro efeito que provoca resulta de fato que a elevação dos preços se produz ao mesmo tempo que a massa monetária na varia. Por conseguinte, se provoca uma iliquidez monetária. Como os salários também não se modificam se produz uma diminuição dos mesmos<sup>33</sup>. O ingresso que perde o setor trabalhador queda transferido em favor setor exportador. Assim, o aumento dos preços, a iliquidez monetária e a redução dos salários levam a uma descida da demanda agregada e a uma recessão (DIAMAND, 1973).

---

<sup>33</sup>Existem dois mecanismos para reduzir os salários. Sem ordem de importância, o primeiro é a perda de poder de barganha dos trabalhadores, o que resulta na queda da atividade e na consequente redução do emprego. Durante o período analisado, o desemprego passou de 6,6% para 10,6% e o subemprego de 9% para 13,1%. Como consequência da queda de salários e dos problemas de emprego, a pobreza, que havia caído de 59,7 para 29,3% nos três governos de Kirchner, subiu para 35,4% no primeiro semestre de 2019. O segundo mecanismo para reduzir salários é: a inflação. O governo de Macri atingiu uma inflação alta, acima da criticada no governo anterior. Entre 2015 e 2019, a inflação segundo o INDEC foi de 162,6% (SCALETTA, 2017).

A queda do PIB é explicada principalmente pela queda no consumo, que, por sua vez, é causada pela queda nos salários reais. Os “menos afetados” foram trabalhadores registrados do setor privado, cujos salários caíram de novembro de 2015 a agosto de 2019 em 12,4%. Em termos de renda, há uma grande heterogeneidade setorial. A perda de salário para os trabalhadores do setor público excedeu 30%, enquanto as aposentadorias caíram 23%. Esses números não refletem os aumentos diferenciais de preço das cestas de consumo e das tarifas de serviço público nas despesas totais. Tampouco refletem a perda de renda extra-salarial, como é o caso de remédios para aposentados. A heterogeneidade também foi registrada no setor privado (SCALETTA, 2017).

O setor industrial também se prejudica já que aumentam os custos dos seus insumos. Como se produz uma recessão esses custos maiores não podem ser trasladados ao o preço. Isto provoca a diminuição dos incentivos para investimentos na indústria e aumenta o efeito recessivo (DIAMAND, 1973).

Esta inflação cambiaria constitui uma peça vital no mecanismo equilibrador da desvalorização monetária argentina. A recessão que produz faz descer a atividade produtiva interna, que diminui também as importações y se atinge o equilíbrio externo<sup>34</sup>.

Em outras palavras, o desequilíbrio no mercado cambiário durante o kirchnerismo foi resolvido pela aliança cambiemos com uma forte desvalorização da moeda que provocou uma inflação cambiaria e a recessão econômica profunda até o ponto que a descida das importações restabeleceu o equilíbrio no mercado cambiário (SCALETTA 2017).

Se focamos na restrição no setor externo da economia se observa que o problema gera inúmeras consequências econômicas que repercutem na dimensão política. Em primeiro lugar, se constata uma limitação geral sobre a atividade produtiva do país, o descenso da produção por debaixo da que se poderia obter potencialmente caso os recursos internos trabalhassem com toda sua capacidade. Este fenômeno se manifestou nos governos peronistas e na aliança cambiemos, mas as respostas foram diferentes e beneficiaram a distintos atores, cada aliança tem sua base de apoio (BASUALDO 2020).

Durante o peronismo o problema deu origem ao controle de câmbios, permissões de importação e o gasto das reservas o esgotamento marcou o fim do governo da coalizão. Com o governo cambiemos se optou por a desvalorização da moeda e uma inflação cambiaria que produziu recessão, desocupação e bens de capitais desaproveitados só por causa da insuficiência de divisas e o endividamento internacional a evidente inadimplência internacional significou o fim da coligação que foi substituída pela adversária em 2019. Ambas as alianças governantes com suas medidas favoreceram sua coalizão de apoio e quando entraram em crises perderam as eleições nacionais de presidente seguindo a tendência iniciada no pós-guerra.

2) A segunda medida foi o aumento das tarifas dos serviços públicos. Essa medida acelerou o ritmo inflacionário ao longo do período do governo devido a que os aumentos foram constantes, principalmente no setor da energia que provocou a transferência de enormes recursos da sociedade as empresas concentradas de energia ao mesmo tempo que reduziu os

---

<sup>34</sup> Na argentina a desvalorização da moeda produz o efeito-ingresso que consiste na redução das importações a causa da diminuição da atividade interna, o seja por meio de uma crise. Muito pelo contrário, nas estruturas produtivas equilibradas as desvalorizações produzem o efeito-preço, o seja a descida do tipo de cambio provoca o aumento das exportações e a redução das importações. Isto quer dizer que o efeito é expansivo da economia.

salários e aprofundou os efeitos recessivos. O descontento e a desconfiança da população foram evidentes devido aos pronunciados aumentos e porque o secretário de energia do governo era o CEO de uma das empresas transnacionais de energia de considerável participação no mercado local (BASUALDO, 2020).

3) A terceira medida foi a redução dos gastos públicos. O governo seguindo sua natureza neoliberal começou uma redução dos gastos que potencializou a queda do produto. Os efeitos destas medidas provocaram a união de duas forças: a queda do consumo pela diminuição dos salários e a queda dos gastos públicos. Os dois componentes da demanda agregada que impulsionaram o PIB se deterioraram: Gasto Público e Consumo privado (BASUALDO 2020).

As consequências das medidas, seus efeitos recessivos, se retroalimentaram e provocaram quedas sucessivas no consumo, que somado a subida dos preços dos serviços públicos, abertura da economia indiscriminada levaram a uma diminuição notória dos benefícios esperados pelas empresas com capacidade de investir na Argentina sejam locais ou não (DIAMAND, 1973).

Desta forma, os projetos de investimentos desceram ou foram abandonados. O governo tinha colocado suas esperanças na chegada de investimentos desde o exterior. Mas, a condições não eram propícias para os investimentos produtivos de longo prazo. Por conseguinte, constatou um descenso dessa variável durante o período 2015-2019 e foi uma das causas da queda do PIB (SCALETTA, 2017).

Muito pelo contrário, o setor financeiro, de curto prazo e altamente especulativo, a partir das medidas tomadas pela aliança *cambiemos* teve enorme oportunidades de negócios que não foram desaproveitadas (BASUALDO, 2020).

4) O governo decidiu a eliminação e a redução dos direitos de exportação. Além disso, o governo permitiu ao setor liquidar suas exportações no exterior sem a intervenção do banco central. A transferência para o setor exportador não podia ser maiores e surgia de um conjunto de medidas: desvalorização da moeda, eliminação de impostos e liberdade de liquidar exportações em outros países o que deixava a governo sem os ingressos em divisas estrangeiras (BASUALDO, 2020).

5) Para suprir esse déficit de divisas o governo começou a tomar créditos internacionais. Nos países de estrutura produtiva equilibrada a razão para os créditos internacionais se deve a insuficiência da poupança nacional. Os fundos que se recebem se destinam a processo de investimentos que aumentam o produto nacional. Os capitais que entram se comportam como

os locais, com a única diferença que parte dos benefícios derivados do crescimento da economia abandona o país em conceito de interesses ou dividendos (DIAMAND, 1973).

O problema que a Argentina possui uma EPD, tendo como consequente, nada disso acontece e a política da aliança neoliberal 2015 – 2019 é um exemplo. Neste sentido, a aliança governante começou um processo de endividamento macroeconômico que não se originou pela falta de poupança do país senão em razão da insuficiência de divisas. Por outro lado, os fundos que entraram se usaram para compensar os déficits da balança de pagamentos e na atividade especulativa que favoreceu ao setor financeiro internacional como fração dominante na aliança de governo (BASUALDO, 2020).

A aliança governante, em primeiro lugar, estabeleceu que os movimentos do mercado financeiro e de capitais foram desregulados. Enquanto as taxas de juros aumentaram como resultado da intervenção da autoridade monetária<sup>35</sup>. O governo produziu também, a grande desvalorização ao começo do governo que deu estabilidade ao tipo de cambio por um tempo considerável. Esses eram os requisitos para iniciar um processo de especulação financeira com operações do tipo “carrytrade”. Tratou-se um ciclo de endividamento público baseado em um verdadeiro “festival de letras de cambio” de curto prazo, com incidência especial em credores estrangeiros (BASUALDO, 2020).

O mecanismo financeiro consistiu em manter altas taxas de juros em relação à variação da taxa de câmbio das moedas, o que garantiu elevados rendimentos em dólares para os fundos que entraram na economia apenas para fins especulativos. Este sistema pode ser sustentado ao longo do tempo devido à dívida em dólares assumida pelo governo (BASUALDO, 2020).

A parte mais importante do processo foi que a dívida pública não foi contraída para fazer obras de infraestrutura, não serviu para aumentar o nível de atividade econômica que caiu 8,8% em termos de PIB per capita entre 2015 e 2019, senão para garantir pagamento de juros e posteriormente financiar a fuga de capitais para o exterior. Basta dizer que o aumento líquido da dívida pública em moeda estrangeira foi de US\$103.808 mil dólares, e a fuga de capitais atingiu US\$93.667 milhões de dólares entre dezembro de 2015 e setembro de 2019 (BASUALDO, 2020).

---

<sup>35</sup> A política monetária aumentou os rendimentos em dólares nas taxas de juros, especialmente àquelas das Letras de Câmbio “Lebac”. Por consequente, os proprietários de capital do investimento na economia real fugiram para o setor financeiro.

Assim, “foi iniciado um processo financeiro pelo bloco de poder cuja liderança está nas mãos do capitalismo financeiro internacional e que não possui vínculo importante com o setor produtivo no país” (BASUALDO, 2017, p. 94).

Por outro lado, esta política levou aos proprietários de capital do investimento na economia real a fugir para o setor financeiro. A produção deixou de ser uma opção para a sociedade argentina e sua elite econômica que dirigiu seus recursos ao setor especulativo (BASUALDO, 2020).

Estes fundos poderiam ter sido de utilidade para que o país aumentasse a capacidade substitutiva das importações e a capacidade de exportação. Mas nada disso aconteceu, os fundos que entraram, ao tempo saíram multiplicados pelo interesse por uso do capital. Isto provoca um déficit de divisas. O processo de endividamento pode continuar entanto existe confiança e sustento no equilíbrio no mercado cambiário. Esse equilíbrio se atingiu não só com a renovação dos créditos já existentes e com novos créditos durante o período 2015 –2019. Por essa razão quanto, mas dura o processo, mas instável resulta (BASUALDO, 2020).

O processo acabou no ano 2018, quando os fundos privados decidiram não emprestar mais ao país. Isto provocou as crises econômica e a aliança governante teve que recorrer aos empréstimos do FMI. A população viu como o governo ia cair numa inadimplência internacional. Por momentos a situação parecia que ia produzir a queda do mandato presidencial. Isso não aconteceu só pela enorme quantidade de créditos que o país recebeu do FMI<sup>36</sup>. Mas, a população na hora de votar em 2019 decidiu por maioria votar pelo peronismo (BASUALDO, 2020).

Respeito a nova aliança governante que surgiu com a aliança neoliberal se percebeu que os novos funcionários que compõem o governo nacional são um aspecto decisivo na compreensão da composição da nova aliança governante (BASUALDO, 2017).

A teoria econômica e política aponta que cada padrão de acumulação de capital é impulsionado por um grupo de poder específico que articula diferentes frações de capital, das quais apenas uma exerce hegemonia, o que exige que o Estado garanta essa unidade

---

<sup>36</sup> A pior herança devido às limitações que gera e consequências no longo prazo serão as mega dívidas e o retorno ao FMI. Os vencimentos totais da dívida que ficou para 2020-2024 são equivalentes a 40% do PIB atual, que é reduzido para 30% se apenas forem consideradas as obrigações em moeda estrangeira. Somente em 2020 e sem contar as cartas reimpressas, os vencimentos somam o equivalente a 61 bilhões de dólares, obrigações que coexistem com um cenário de forte redução nas Reservas Internacionais do Banco Central, das quais 40 bilhões foram perdidos em sete meses.

contraditória como meio de conduzir as diferentes frações de capital que compõem esse bloco no poder específico (BASUALDO, 2020).

Uma das maneiras de investigar como a aliança governante de Cambiemos foi formada é realizar uma análise dos funcionários (intelectuais orgânicos na terminologia de Gramsci) que desempenham funções nele, para identificar características destacadas. Nesse sentido, uma forma empírica de aproximação é analisar quem representa os funcionários nacionais, através do estudo de sua carreira política e / ou profissional anterior. Com a premissa da Aliança *Cambiemos*, o Centro de Informação e Treinamento da República Argentina (CIFRA) elaborou um relatório ao respeito (BASUALDO, 2017).

Assim, é evidente que a fração hegemônica é composta por bancos transnacionais e empresas não industriais estrangeiras, através de funcionários de primeiro nível de importância nessas empresas (o que passou a ser chamado de governo dos CEOs). Por outro lado, os Grupos Econômicos Locais (GEL) e os grandes proprietários de terras dos Pampas, embora façam parte do bloco de poder, pelo menos a partir dessa abordagem, eles não exercem hegemonia. O caso do GEL por sua representação direta escassa em frações de capital estrangeiro; enquanto no caso dos proprietários de terras dos Pampas, porque o fazem através de funcionários que vêm das câmaras empresariais (BASUALDO, 2020).

Pela primeira vez na história moderna da Argentina, um partido orgânico do capital financeiro internacional ganhou o controle do poder juntamente com as frações aliadas do capital e através de eleições democráticas.

O fato de ser uma administração sob a égide do capitalismo internacional garantiu a aplicação de políticas econômicas ortodoxas que geraram dois tipos de conflitos: a) Social com os setores populares, e b) entre os demais setores dominantes (principalmente o GEL) que incorporam projetos alternativos (BASUALDO, 2020).

Em resumo, com o governo Macri foi instaurado o mesmo padrão de acumulação que governou entre 1976 e 2001, mas que tem suas diferenças, pois durante a administração da Aliança *Cambiemos*, a fração do capital hegemônico - aquela que controla o Estado e constrói legitimidade de suas políticas - não foi conduzido por grupos econômicos locais, senão por capital financeiro internacional. Em tal medida, foi dessa maneira, que essa fração hegemônica tentou tirar aos grupos econômicos locais (GEL), desde o início dessa gestão governamental, e especialmente desde que o FMI começou a direcionar a política econômica e social, dos principais pontos estratégicos de sua acumulação de capital. Exemplo do anterior é: o caso do conflito entre laboratórios locais com a Farmacity na província de Buenos Aires, dos

aeroportos, preços do petróleo em Vaca Morta (particularmente com o conglomerado Techint) e principalmente a causa judicial por corrupção que se denominou: dos "cadernos" que afetam aos Grupos Econômicos Locais e ao ex-presidente e membros do Poder Executivo Nacional. Em outras palavras, durante o governo Macrista, foi feita uma tentativa não apenas de resolver a contradição entre capital e trabalho, mas também as contas entre a elite econômica (BASUALDO 2020).

De alguma maneira, o Capital Financeiro Transnacional liquidou contas com os grupos econômicos locais (GEL), estes GEL, em 2001, impuseram seu pacote de medidas, ou seja, a desvalorização da moeda como uma saída da crise e rejeitaram a dolarização proposta pelo capital financeiro internacional para sair do regime de conversibilidade que impus 1dolar americano = 1 peso argentino (BASUALDO, 2020).

Por fim, esse capitalismo financeiro internacional não pode ter verdadeiros aliados sociais<sup>37</sup>, pois, obedecendo a sua própria lógica, só pode quer continuar devorando a sociedade e o Estado Argentino (O'DONNELL, 2001).

Dada a sua posição estrutural que esse capital financeiro alcançou em nosso país, atua com rigorosa racionalidade, acompanhada pela verdadeira missão de várias agências internacionais (especialmente o FMI): garantir, através de todos os ajustes necessários, a capacidade do país de continuar pagando os juros da dívida (O'DONNELL, 2001) e, aliás, aumentá-la. Assim, a orientação política dessa capital, ao longo do tempo, deve desdobrar, cada vez mais, seu conteúdo intrinsecamente autoritário.

---

<sup>37</sup> Ainda que possa comprar alguns por pouco tempo, essas situações devem se diferenciar dos verdadeiros aliados sociais e a fidelidade que isso implica.

## 4 ELEIÇÕES E VOTO ECONÔMICO NA ARGENTINA (2003-2019)

A partir da literatura sobre comportamento eleitoral, diferentes modelos teóricos têm sido utilizados para evidenciar como e por que as pessoas votam (DOWNS, 1957; CAMPBELL, 1960; LIPSET e ROKKAN, 1967). Três são as abordagens principais: a sociológica (LAZARFELD, 1944) a psicológica (CAMPBELL, 1960) e a perspectiva racional.

### 4.1 O voto econômico

A corrente sociológica foi desenvolvida na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, na década de 1940, e propôs que o voto é determinado, sobretudo, pelas características sociológicas dos eleitores, como classe social, região de moradia, religião e raça (LAZARFELD, 1944).

A corrente psicológica, por sua vez, foi desenvolvida na Universidade de Michigan, também nos Estados Unidos, na década de 1960, e aponta que a explicação para o voto está nos fatores psicológicos dos eleitores, sobretudo, nas identificações ideológicas e partidárias. Tais valores seriam fruto da socialização dos eleitores e, como consequência, criariam predisposições na hora das decisões políticas e eleitorais. (CAMPBELL, CONVERSE, MILLER E STOKES, 1960) Não se trata de negar o papel dos aspectos sociológicas, mas os autores sugerem que as influências sociais são processadas individualmente a partir da personalidade, gerando assim atitudes como identificação partidária / ideológica.

As duas correntes trazem como variáveis explicativas forças estáveis e que não mudam a cada eleição. Mas, poucos anos depois, surge a teoria da racionalidade, esta, sim, muito vinculada à questão contextual e de curto prazo. A teoria da racionalidade parte dos pressupostos desenvolvidos por Anthony Downs (1957), de acordo com os quais os eleitores adotariam posturas maximizantes, votando no candidato que poderia lhes trazer maiores ganhos, sendo contabilizados também os custos de votar. Uma subdivisão da teoria da racionalidade trabalha com o voto racionalista, de caráter avaliativo, a proposição é que os cidadãos analisam a gestão dos governos e, a partir daí, partem para compensá-los com o voto pela reeleição do candidato ou do partido ou para puni-lo com o voto na oposição. (KEY, 1966).

A teoria racionalista é associada às abordagens que tratam da "racionalidade limitada"(RATTO, 2020). Tais estudos tentaram superar o reducionismo e as limitações da

teoria maximizante, que foi construída sobre suposições muito estritas e difíceis de verificar na realidade, afinal o modelo de Anthony Downs sempre foi uma abstração. Toma-se assim que “os eleitores tendem a ser racionais, porém contam com limitadas habilidades cognitivas e informações, de modo que terminam por adotar mecanismos heurísticos enquanto atalhos cognitivos” (RATTO, 2020, p. 40). “A partir de informações simplificadas advindas da mídia, de campanhas eleitorais, de conversas informais, gera-se uma percepção que é traduzida na seleção de preferências” (RATTO, 2020, p. 40).

A avaliação do desempenho econômico do governo passa a ser um desses atalhos conhecidos como voto econômico. Os cidadãos escolhem seus votos motivados pela avaliação dos resultados econômicos da administração do governo (RATTO, 2020). Portanto, as preferências podem mudar de um período para outro, como consequência de mudanças nos resultados da gestão econômica. Assim, a expectativa fundamental sobre a qual as teorias do voto econômico são construídas é que “o apoio do governo será enfraquecido pelos maus tempos econômicos e (talvez) fortalecido pelos bons tempos”(RATTO, 2020). Esse foi o principal corolário defendido pela grande maioria dos acadêmicos que trabalhavam no assunto.

Quando se fala em voto econômico, fala-se de fatores de curto prazo que interferem no processo de seleção de preferências. O voto econômico é um fenômeno no nível individual, as percepções que se tem da economia influenciam a probabilidade de se votar no mandatário ou em outro.

Quanto à dimensão do tempo, o voto econômico pode se estruturar a partir da análise dos resultados econômicos apresentados pelos governantes do passado até o momento, que se chama de avaliação retrospectiva, ou a partir de expectativas futuras do desempenho dos candidatos na economia, que se denomina avaliação prospectiva. (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008). A partir de estudos empíricos, verifica-se tendência da primazia do voto retrospectivo sobre o prospectivo. Verifica-se que a expectativa futura tende a ser influenciada pela avaliação do presente e do passado. De acordo com Lewis-Beck os eleitores reagem aos eventos passados (retrospectiva) mais do que os esperados (prospectivos), mas a diferença é pequena.

O voto econômico ainda pode ser estruturado a partir da avaliação do desempenho dos governantes na economia nacional (sociotrópica) ou da avaliação do desempenho dos governantes na economia pessoal (egotrópica / carteira) A visão sociotrópica sustenta que o eleitor é principalmente influenciado pelas condições da economia nacional. A segunda posição sustenta que a experiência econômica pessoal é a que mais determina a seleção de preferências

(LEWIS-BECK e MARY STEGMAIER, 2008). Aqui, novamente, a conclusão de Lewis-Beck foi que o voto econômico sociotrópico (nacional) é geralmente mais forte do que o egotrópico (pessoal). No entanto, existem algumas exceções notáveis por país.

Em algum momento, Lewis-Beck e Stegmaier (2008), decidem verificar até que ponto o voto econômico seria útil para explicar o voto em democracias recentes, tomadas como aquelas da América Latina e da Europa Oriental. Após vasta revisão da literatura sobre voto econômico nas duas regiões, concluem que há voto econômico nestas democracias.

Assim como Lewis-Beck e Stegmaier (2008), busca-se com esta parte da dissertação identificar o funcionalmente da accountability, tomando como métrica a ocorrência do voto econômico. O voto econômico, ao ser tomado como recompensa ou punição dos candidatos, age como um mecanismo de controle de desempenho. Também a partir da revisão da literatura, buscamos saber qual foi o comportamento dos cidadãos argentinos durante o período 2003 – 2015 e concluir se recompensaram ou puniram os governantes no momento de votar.

## 4.2 O voto econômico na Argentina

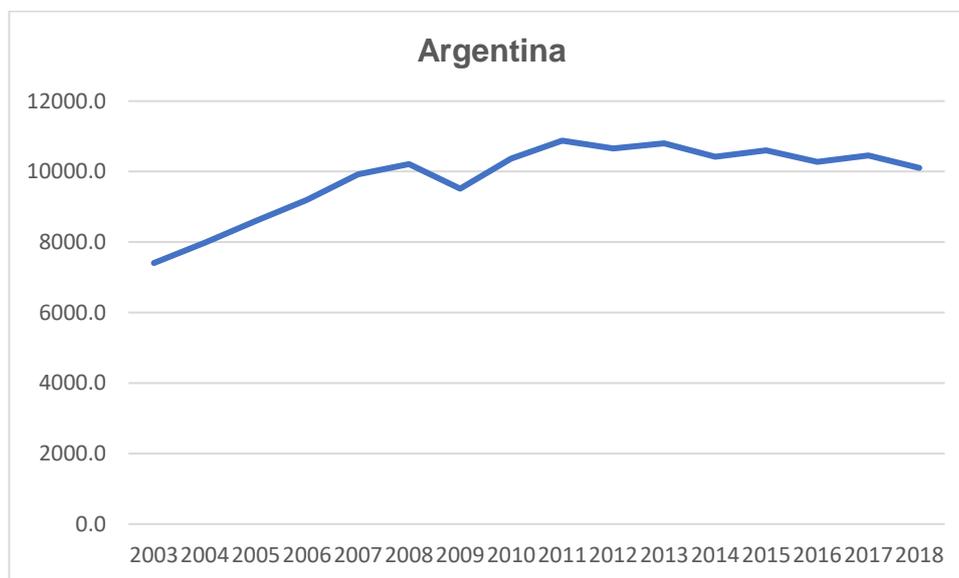
Nesta parte do trabalho, o objetivo é mostrar a relação entre os dados econômicos levantados junto à Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, a percepção da opinião pública sobre a economia obtida junto ao Latinobarômetro, e o impacto de tal avaliação na decisão do voto de acordo com a revisão da literatura especializada em voto econômico na Argentina no período de 2003 a 2019. Trata-se de cumprir o último objetivo específico desta dissertação que versa sobre os impactos dos ciclos econômicos e da reconfiguração das alianças nas eleições.

### 4.2.1 O contexto econômico em números

A respeito do período 2003-2019, verifica-se que o crescimento econômico se registrou durante os primeiros anos kirchneristas de forma notória, num contexto internacional favorável. Todavia, a partir da crise de 2008, tem-se declínio sucedido de retomada do crescimento entre 2009 e 2011. A partir de então, há relativa estabilização até 2019. O gráfico 1, com fontes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, apontam o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) argentino no decorrer de 2003 a 2019. Em 2003, o PIB era de

U\$7405.9 dólares por habitante; em 2007, U\$9921 dólares; em 2011, U\$10877 dólares; em 2015, U\$10598 dólares; em 2019, U\$10105 dólares.

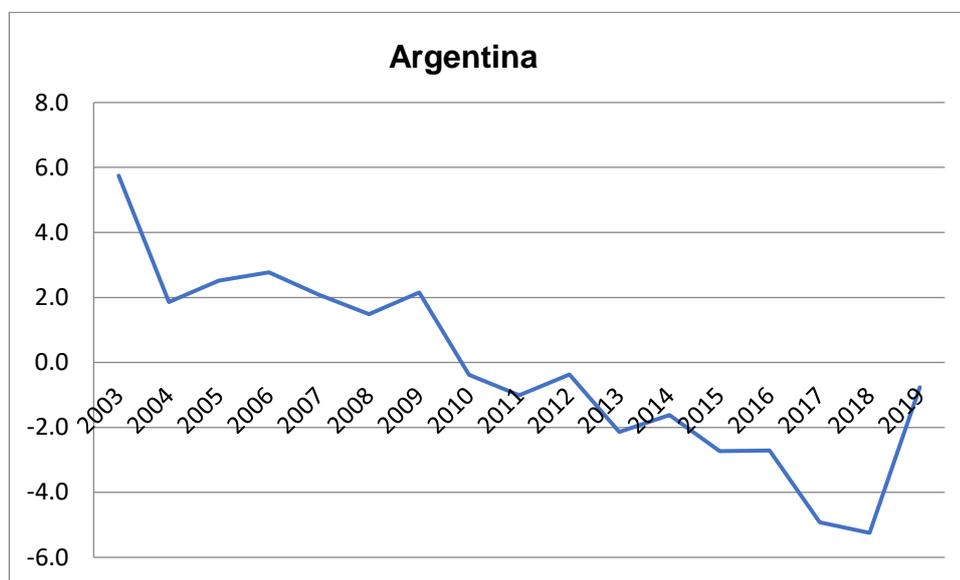
Gráfico 1: Contas nacionais anuais em dólares. Produto Interno Bruto (PIB) total anual por habitante a preços constantes em dólares (Dólares por habitante)



Fonte: CEPAL –Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Estimativas próprias baseadas em fontes oficiais Notas: a/ A preços em 2010.

De acordo com a nossa argumentação, o crescimento econômico da época kirchnerista trouxe a semente da crise econômica na medida em que o governo não desenvolveu um plano para poupar divisas e para modificar a estrutura produtiva. O que se viu foi que o coeficiente de importações começou a subir pelo elevador e as exportações pela escada. A balança de pagamento demonstrou que a economia argentina não contava com divisas para continuar crescendo e os processos especulativos de compra e fuga de divisas apareceram enquanto os investimentos foram deixados de lado. O gráfico 2, com dados do CEPAL, mostra a queda do saldo em conta argentino que sai de 5,7% do PIB em 2003; tem 2,1%, em 2007; -1%, em 2011; -2.7% em 2015; chega a -5.2 % em 2018; recuperando para -0,8% em 2019.

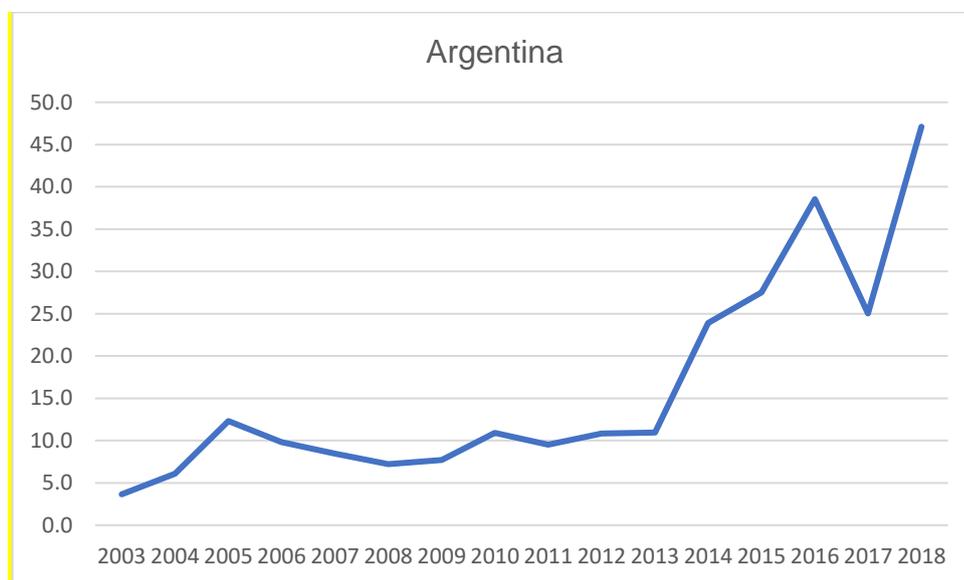
Gráfico 2: Setor externo. Saldo em conta corrente como porcentagem do produto interno bruto (%)



Fonte: CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Estimativas próprias baseadas em fontes nacionais Informações revisadas a partir de 24/04/2020.

Ainda a respeito do período 2003 – 2019, verifica-se que a inflação se manteve relativamente controlada até 2013 no patamar próximo de 10% após uma subida em 2003 a 2005, do patamar próximo de 5%. Todavia, a partir de 2013, tem-se a elevação desenfreada da taxa. A curva é revertida com a chegada da Aliança Cambiemos no poder e se mantém em queda até 2017, a partir dali o governo perde as rédeas do índice. O gráfico 3 apresenta essas informações.

Gráfico 3: Taxa de crescimento anual do índice de preços ao consumidor (%)



Fonte: CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2020.

A partir dos resultados econômicos apresentados acima, as derrotas do Kirchnerismo em 2015 e do Cambiemos em 2019 eram esperadas.

#### 4.2.2 A economia e a opinião pública

O gráfico 4 do Latinobarômetro traz a curva da avaliação da situação econômica na Argentina de 1995 até 2018. Verifica-se que, com a crise econômica de 2001, a avaliação negativa da economia em 2002 bate o seu recorde. Nesta ocasião, 66% dos entrevistados julgavam a economia como muito ruim e 29% a considerando ruim. Constata-se ainda 5% de avaliação regular e nada de avaliação positiva. É neste clima de opinião que a eleição presidencial acontece em início de 2003.

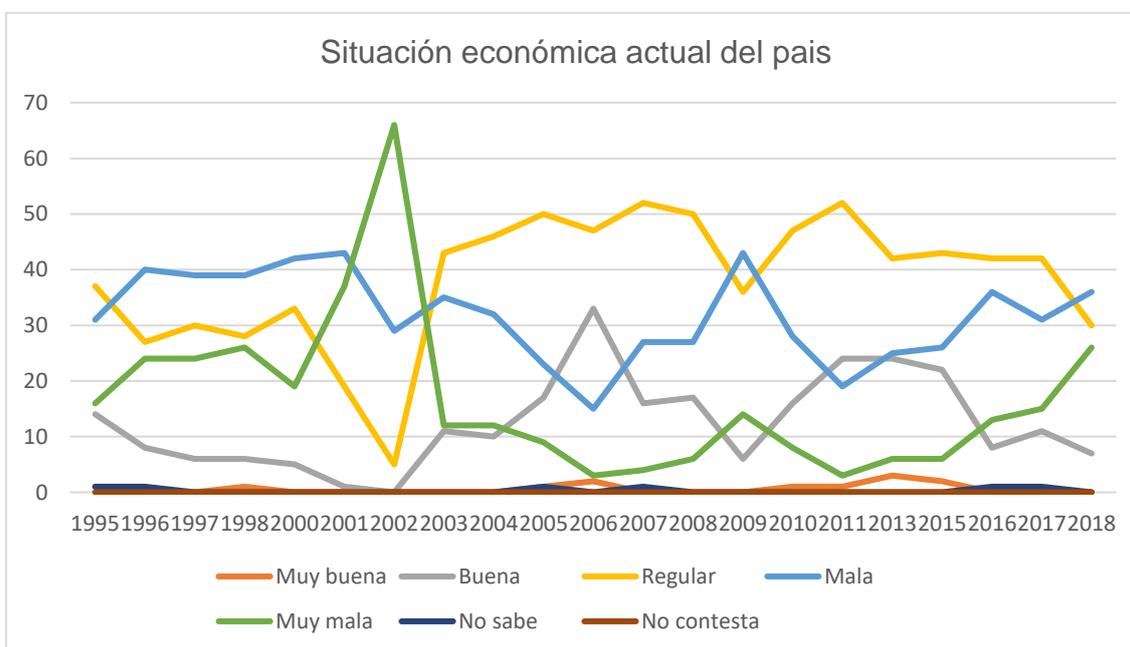
Com o ciclo econômico ascendente em 2003-2007, da primeira etapa kirchnerista, o nível de satisfação é bastante alterado com queda da avaliação negativa da economia. Em 2007, 4% a avaliam como muito ruim e 27% como ruim, 52% a consideravam regular e 16%, positiva.

A mesma tendência de queda da avaliação negativa se estende até o momento prévio da crise de 2008, a partir dali ela começa a subir. Contudo, com as políticas anticíclicas do kirchnerismo, ela volta a cair até 2011. A eleição de 2011 acontece mediante taxas de 3% que consideram que a economia estava muito ruim; 19% que acreditavam que ela estava ruim; 52%, que a julgavam regular e 24%, que era positiva.

Nesse ano, após as eleições, apareceram as políticas de controle de câmbios, a inflação sobe e a restrição externa passa a ser notória até 2015, com o esgotamento das reservas do banco central e a avançada restrição externa. Em 2015, como resultado da política econômica, 6% dos eleitores consideravam que a economia estava muito mal; 26% a julgavam como mal; 43% a avaliavam como regular; 22%, boa e 2%, muito boa. O kirchnerismo termina por perder as eleições nacionais.

Durante o mandato da aliança cambiemos, a insatisfação avança chegando, a 26% de entrevistados que a avaliam muito ruim em 2018; 36% a consideram ruim; 30% regular e 6% boa – gráfico 4.

Gráfico 4: Como você classificaria a situação econômica do país? Você diria que é?



Fonte: Latinobarômetro, 2020.

#### 4.2.3 A revisão da literatura sobre o voto econômico

Maria Laura Tagina (2012) em artigo *Factores contextuales, predisposiciones de largo plazo y accountability electoral en Argentina en tiempos del Kirchnerismo* analisou o efeito da avaliação da economia nos pleitos presidenciais de 2003 e de 2007. A questão de pesquisa que moveu a autora foi identificar que fatores explicaram o contundente apoio eleitoral a Cristina Fernandez de Kirchner, em 2007, que obteve o dobro de votos conseguidos por Nestor Kirchner em 2003. Através de regressão logística e de cálculo de probabilidades preditas, Tagina (2012) analisa dados de pesquisa de opinião e conclui que o voto retrospectivo foi mais forte na eleição de Cristina em 2007 do que na de Nestor em 2003. Por outro lado, a ideologia não explicou o voto em Cristiana, mas explicou a adesão a Nestor. Na medida em que se deslocava da direita para a esquerda no eleitorado, aumentava a tendência de voto no candidato.

Isso significa que a gestão da economia de Eduardo Duhalde, marcada pela saída da convertibilidade e o que se denominou a “pesificação”<sup>38</sup> dos depósitos em dólares, não impactou de forma considerável na votação de Nestor Kirchner em 2003. Desse modo, o voto em Nestor Kirchner em 2003 aparece mais vinculado às predisposições de longo prazo do eleitor.

Já em 2007, o desempenho do Presidente Nestor Kirchner na economia passa a ter um papel preponderante na eleição de Cristina, se sobrepondo a fatores tradicionais ligados ao peronismo: escolaridade, classe social e tradição partidária (TAGINA, 2012). A autora ressalta ainda a influência da clareza de responsabilidade no efeito do voto econômico. Ela argumenta que a economia ganhou peso na decisão do voto quando ficou mais fácil para o eleitor atribuir a responsabilidade pela situação do país ao presidente cessante e vincular o candidato da continuidade ao seu antecessor. Assim, o voto retrospectivo foi mais forte em 2007, no qual as eleições foram simultâneas e em que se propôs um cenário de pseudo-reeleição presidencial do casal Kirchner. Até porque a oferta eleitoral estava mais estável e o presidente cessante não tinha saído de uma situação institucional atípica, como em 2003.

Nestor Kirchner foi o candidato do governo provisório de Eduardo Duhalde, que havia assumido a Presidência da República em janeiro de 2002. Duhalde havia sido candidato na disputa presidencial de 1999, mas foi derrotado por Fernando de La Rúa, que renunciou ao cargo depois de protestos causados pela crise econômica de 2001. Foi uma eleição pouco comum já que Kirchner conseguiu ser o segundo candidato mais votado na primeira volta, mas, não seguiu para o segundo turno. O ex-presidente Carlos Menem renunciou ir para o segundo porque

---

<sup>38</sup> A medida foi que os depósitos em dólares no sistema bancário, por lei nacional foram trocados para pesos argentinos ainda que se produziu uma desvalorização da moeda equivalente ao 400%. Isto ocasionou um grande prejuízo as pessoas que pouparam dinheiro por anos.

pesquisas demonstraram a preferência que a sociedade tinha por Nestor Kirchner. Por conseguinte, a percentagem do voto do partido do governo que ganhou a presidência foi só de 22,24%. Nestor Kirchner, dada a circunstâncias descritas, teve a sua legitimidade reduzida se comparado com aquelas aferidas em condições normais de votação<sup>39</sup>.

Ratto e Monteiro (2015) em trabalho *O Comportamento Eleitoral dos Argentinos. Algumas chaves das eleições presidenciais de 2007* corroboram os achados de Tagina (2012) sobre 2007. Os autores reportam as crises económica e institucional a partir de 2001 e as condições de vitória de Nestor Kirchner após a renúncia de Carlos Menem na eleição de 2003. A vitória com 22,24% dos votos poderia ser o presságio de um déficit de legitimidade, para usar os termos dos autores. No entanto, o que se viu depois em 2007 foi a reeleição da Frente para a Vitória. Ratto e Monteiro (2015) reiteram a pergunta feita por Tagina: Que fatores ajudam a explicar o êxito de Cristina Fernandez de Kirchner, que obteve 45,29% dos votos.

Os autores testam as variáveis clássicas das correntes sociológica como classe e religião; da psicológica como identificação ideológica e partidarismo; e da teoria da racionalidade como percepção da economia; além de avaliar também a imagem dos candidatos e a influência da campanha sobre o voto em Cristina Kirchner. Os dados são de survey pós eleitoral Comparative National Election Project (CNEP).

Enquanto resultado, verificam que a população exerceu uma accountability racional do governo nacional e votou pela candidata oficial<sup>40</sup>. O kirchnerismo, agora com Cristina Kirchner duplicou os votos recebidos no ano 2003. Isto coincide com a notória queda percentual de cidadãos que na ocasião achavam que a economia estava pior o muito pior.

Segundo o estudo de Ratto e Monteiro, no caso argentino convergiram dois elementos fundamentais: a) a boa valoração da gestão em economia do governo de Kirchner, que levou a perceber positivamente também o futuro e a boa imagem da candidata Cristina Kirchner, que foi muito vinculada com a presidência do seu marido. Por conseguinte, corroborando Tagina, concluem que o voto económico teve uma importância transcendental.

Como analisamos neste capítulo, os dados económicos do período 2003-2007 foram excelentes. A taxa do crescimento do PBI era alta, o desemprego estava descendo e os salários tinham aumentado. Este otimismo se fazia repercutir na avaliação da economia pelos eleitores, e essas circunstâncias foram preponderantes na hora de escolher o voto a presidente.

---

<sup>39</sup> Ver ao respeito deste assunto Democracia Delegativa? Em O'Donnell, Guillermo (1997).

<sup>40</sup>Ao respeito ver Ratto, Maria Celeste y Montero, Jose Ramon "O Comportamento Eleitoral dos Argentinos. Algumas chaves das eleições presidenciais de 2007", Revista Posst Data, 18:323-364

Já para analisar a eleição presidencial de 2011, tomaremos o artigo: *Economía y elecciones en Argentina: las dimensiones clásica, posicional y patrimonial de la teoría del voto económico*, elaborado por Ratto et al.<sup>41</sup>. O objetivo dos autores foi analisar o voto econômico longitudinalmente a partir de pesquisas do Barômetro das Américas, realizadas nos anos de 2008, 2010 e 2012. Depois de rigorosos controles estadísticos, os autores concluíram que as três dimensões clássicas do comportamento eleitoral se demonstraram efetivas.

Neste sentido, quanto ao voto econômico, as pessoas que avaliavam melhor a situação econômica passada teve maiores probabilidades de votar pela reeleição de Cristina Kirchner em 2011. A dimensão patrimonial também teve um forte efeito direto no voto a Cristina Kirchner. Por conseguinte, as pessoas com menos bens materiais tiveram mais chances de votar pelo partido do governo. Isto confirma que o partido peronista manteve a sua associação histórica com as pessoas de classe mais baixa. Por último, a dimensão posicional, a identidade partidária, trouxe uma influência indireta.

Fazendo um paralelo entre os índices econômicos dos quatro anos de gestão econômica de Cristina Fernández de Kirchner, a avaliação da economia pelo eleitorado e a influência do voto econômico, verificamos que, com a crise mundial de 2008, trouxe como consequências a queda no crescimento da economia e a aparição da restrição externa da economia. Situação que fez agravar o conflito do governo com o setor do agronegócio, com a mídia e com os sindicatos.

Ainda que com todas essas dificuldades, o governo conseguiu superar a crise mundial com a adoção de políticas anticíclicas. Assim, a economia cresceu no período 2009-2011, como mostram os números do PIB apresentado pelo CEPAL. Isto marca uma audácia notável do kirchnerismo que recuperou, ou seja, reestatizou a empresa petroleira YPF e os fundos da previdência que estavam nas mãos de empresas privadas desde os anos 90'. Essas medidas permitiram obter o dinheiro para fazer as políticas anticíclicas. Por conseguinte, entre os anos 2009 – 2011 a economia voltou a crescer e o governo recebeu uma alta aceitação na população na sua gestão econômica, como retratam os dados do Latinobarômetro, e votou pelo kirchnerismo pela terceira vez.

A influência do voto econômico foi notória nos pleitos de 2009 e de 2011. Durante a crise, o kirchnerismo tinha perdido a eleição de 2009 para o Congresso Nacional no distrito mais importante: Província de Buenos Aires e sendo o candidato Nestor Kirchner. Porém, em

---

<sup>41</sup> O artigo resulta no vedoso. *Economía y elecciones en Argentina: las dimensiones clásica, posicional y patrimonial de la teoría del voto económico*. **Revista Saap**, Buenos Aires, v. 9, n. 2, p. 235-266, novembro 2015.

2011, com a recuperação econômica, Cristina Kirchner conseguiu a maior porcentagem de votos 54% de todo o período.

A partir de 2011, a economia argentina entrou numa etapa de turbulências e assim segue até o pleito de 2015. Registra-se forte restrição externa, controle de câmbios e esgotamento das reservas de divisas. Nessa realidade, o peronismo perde as eleições nacionais de 2015 com o candidato Daniel Scioli, que havia sido até esse momento o vice-presidente de Nestor Kirchner (2003 – 2007) e governador da Província de Buenos Aires (2007 – 2015).

Não encontramos estudos sobre o voto econômico em relação à eleição de 2015, ainda que tenhamos buscado intensamente e consultado as autoras argentinas que trabalham com o tema no país. A fim de não deixar de apresentar alguns dados empíricos sobre o voto econômico sobre 2015, buscamos alguns dados descritivos sobre as eleições presidenciais junto ao Latinobarômetro de 2015. Os resultados estão na tabela abaixo. Ao cruzarmos voto no partido de situação (Kirchnerismo) ou no partido de oposição (Cambiamos) com avaliação retrospectiva na economia fica evidente existir associação entre voto e economia. Essas ações podem ser visualizadas na tabela 1.

Tabela 1: Voto na eleição presidencial de 2015 governo oposição por avaliação retrospectiva individual.

	TOTAL	Situação econômica retrospectiva individual					
		Muito melhor	Um pouco melhor	Igual	Um pouco pior	Muito pior	Não sabe
Votó por el partido en el gobierno	52.3	83.3	62.4	48.7	38.8	11.3	0
Votó por el partido de oposición	47.7	16.7	37.6	51.3	61.2	88.7	100
(N)	<b>521</b>	<b>30</b>	<b>156</b>	<b>240</b>	<b>83</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

Fonte: O autor, 2020.

De acordo com a imprensa, os organismos internacionais e o mercado financeiro, Mauricio Macri ganhou as eleições presidenciais em 2015, por ter sido considerado um candidato de centro direita capaz de seguir a cartilha da disciplina fiscal, se esperava que ele

seria um ponto de inflexão na tendência de se arrastar desequilíbrios desde 2001.<sup>42</sup>(BBC, 09 de dezembro de 2019).

Ou seja, em síntese, o peronismo perde as eleições no momento em as reservas de divisas se esgotam. Isto marca uma constante desde a pós-guerra até o presente (DIAMAND 1973, 1983 E SCALETTA 2017). Resulta evidente ao longo do trabalho como as tendências de longo prazo que foram analisadas no capítulo I “Das alianças políticas em Argentina: breve histórico” se encontram relacionadas com o voto econômico.

Sobre a disputa de 2019, Ratto (2020) em seu artigo: *Otra vez la economía. La influencia de la agenda económica en las elecciones 2019*, busca testar o voto econômico na disputa que colocou fim ao mandato da Aliança Cambiemos, marcado por resultados macroeconômicos pouco expressivos e negativos. Ela propõe e prova que mediante altas taxas de inflação, desvalorização cambial da moeda e aumento da pobreza, o eleitor sentiu o seu bolso afetado e votou por punir o mandatário. Os dados utilizados foram do Barômetro das Américas, coletados em pesquisas idas a campo entre fevereiro e abril de 2019.

Foram utilizados modelos de regressões logística e multinomial para analisar os efeitos de curto e longo prazo provenientes dos enfoques teóricos sociológicos, psicológicos e da teoria da racionalidade. Constata-se que a avaliação da situação da economia foi o segundo fator mais importante na seleção do voto, ficando atrás apenas da identificação com o partido do governo. Passar de avaliar a economia de boa para avaliá-la como ruim reduz em 42% as probabilidades de se votar na Frente Cambiemos em comparação com o resto de todas as outras opções.

O trabalho conclui ainda que o impacto da avaliação da situação da economia não foi igual para todos os votantes, ela teve efeito mais forte entre os eleitores da oposição (com 44% de probabilidade de redução mediante passar de avaliar a economia de boa para avaliá-la como ruim) do que entre os da situação (39% de probabilidade de redução mediante o movimento).

Com o governo da Aliança Cambiemos de 2015 até 2019, verifica-se certo controle da estabilidade dos índices econômicos (ver dados CEPAL) e de satisfação do eleitorado com a economia (ver dados Latinobarômetro) até 2017, quando aconteceram as eleições de meio termo, já que o gasto público se manteve elevado, apontando para um ajuste a ser feito de maneira mais gradual. Na sequência, com o aprofundamento da crise, a impossibilidade de se pagar a dívida e o monitoramento do FMI, resultou impossível para o governo melhorar o PIB,

---

<sup>42</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50154403>

a taxa de emprego com o aumento dos gastos do governo. A insatisfação foi crescente e o eleitor decidiu pela punição do mandatário.

## CONCLUSÃO

De acordo as primeiras pesquisas bibliográficas realizadas observamos um resultado evidente da falta de uma dominação política estável e de um crescimento econômico sustentado na República Argentina no período 2003 – 2019, tendência que se iniciou no pós-guerra que justificaram a análise sobre os ciclos econômicos, suas crises e seus impactos na estrutura econômica, social e política como assim também no nível das eleições deste trabalho.

O objetivo geral foi captar alguns aspectos da realidade social que podem servir de ponto de partida para estudos subsequentes sobre os impactos dos fatores políticos nas mudanças econômicas e sociais, bem como as interações entre todas essas dimensões.

Neste sentido, os objetivos específicos, do trabalho foram as crises econômicas e suas consequências respeito a dois pontos: em primeiro lugar, como repercutem nas frações que compõem o bloco no poder e a configuração de suas alianças, coalizões que desenham e servem de apoio as políticas públicas para enfrentar essas crises e por outro lado, os impactos na população na hora de votar para presidente (voto econômico).

O ponto de partida respeito as consequências que as turbulências econômicas produzem na dimensão política foram as análises das crises econômicas recorrentes. Elas estabelecem um estímulo ao qual o Estado deve responder. Ao analisar o que o Estado argentino fez, como suas respostas variaram com o tempo, conseguimos aprender sobre o país, sobre os fatores que levaram a escolher as medidas de economia política em particular.

Constatou-se que as coligações que, compõem o bloco no poder e que desenharam os pacotes de medidas econômicas como respostas das crises são duas: a Nacional e Popular e a Neoliberal ou Ortodoxa. Elas elaboraram as respostas opções políticas para as crises de 2001, 2015 e 2018. Porém, a decisão final de qual pacote resultou aplicado surgiu da política, de quem teve o poder do estado para decidir. Dessa forma, ante cada crise, uma vez que se tomou um rumo econômico, a política econômica tornava-se um paradigma, com o qual o ciclo se fechava até a próxima crise – que não demorava em chegar e colocar tudo novamente em discussão.

Também, conseguimos explicar as consequências das políticas públicas implementadas. Já que os planos econômicos foram radicalmente opostos, eles tiveram o efeito procurado de beneficiar a certos atores membros da aliança governante e danificaram a outros que eram parte da coligação contrária. As buscas de vantagem de curto prazo foi uma constante e por isso a luta entre as alianças por obter o poder do Estado foi se tornando cada vez mais impetuosa. Essas lutas de coalizões aconteceram dentro do estado, que é entendido do ponto de vista relacional, como um lócus onde as diferentes frações que compõem o bloco não-poder se

confrontam para obter seus objetivos econômicos, mas também políticos, ideológicos e de influência (como expressou Poulantzas).

Apesar da luta entre as distintas alianças do bloco no poder, e como uma particularidade da história argentina, a grande burguesia industrial teve uma posição oscilante respeito as duas coligações. Sua posição dependeu das fases ascendentes e descendentes dos ciclos. Por conseguinte, na fase ascendente do ciclo (sempre esteve a aliança popular no poder) esses grupos econômicos locais deixaram que o governo implementasse os programas econômicos expansivos que provocaram um aumento do PBI e a beneficiavam. Este ator formou parte da aliança governante nacional e popular até o ponto que surgia a crise na balança de pagamento, por esgotamento das reservas de divisas e começava a fase descendente.

Esta chegada da restrição externa é um momento transcendental que foi analisado em todos os capítulos já que tem a propriedade de constituir a principal limitação ao crescimento da economia. A escassez de divisas, tem uma larga cadeia de consequências. Num primer momento produz a desvalorização da moeda argentina e a conseguinte suba de preços. Ante estes fatos a Aliança Popular sempre tomou as mesmas medidas: a) Controle de preços (para descer a inflação) e b) Controle de câmbios (para evitar a fuga de capitais) e c) Restrição das importações (para diminuir a saída de divisas já escassas). Estas medidas tem o custo enorme devido a que prejudicam a produção argentina que depende de insumos e bens de capitais importados já que o país não tem uma estrutura para produzi-os. Mas, também prejudicam de maneira particular a grande burguesia industrial sobre quem se aplica o controle de preços e câmbios e explicam sua saída da coligação.

Já na fase descendente do ciclo com a coligação ortodoxa no poder, a grande burguesia vai formar parte da aliança neoliberal (por exemplo, o ano 2015). Os benefícios deste ator surgiam, neste ponto, com as medidas recessivas que atingiam o equilíbrio na balança de pagamentos e que permitiam acabar com os controles de preços, de câmbios e restrições na importação que tanto prejudicam a grande burguesia da indústria.

Porém, com o transcurso do tempo e devido a seu plano recessivo, e ao forte endividamento a aliança neoliberal o estado argentino caiu numa inadimplência internacional seguindo a tendência histórica desde a pós-guerra.

Neste ponto, a aliança popular ganhava força para desenvolver seus planos expansivos que, ante a situação descrita resultavam possíveis e desejáveis, tendo em conta a crise provocada por os planos neoliberais, como pela melhora na balança de pagamentos que a mesma crise consegue resolver. Com esta nova realidade, a grande burguesia industrial mudava de novo de

coligação para retornar e formar parte da aliança popular e seus pacotes de políticas econômicas expansivas. (Para a grande burguesia industrial a inadimplência internacional resulta um grave problema já que impede seu acesso ao crédito internacional, sempre escasso na Argentina).

Por outro lado, as crises influenciaram na população na hora de votar. Se comprovou, a partir dos análises das eleições do período, que os cidadãos colocaram muita atenção no desempenho econômico do governo sobretudo quando as crises aconteceram. Sendo que o país tem uma alta frequência de crise já que, acontece uma cada três anos, resultou evidente a influência do voto econômico na sociedade (um exemplo foi em 2019 quando o presidente Macri tentou a reeleição depois da crise de 2018 e não conseguiu. O peronismo também constitui um exemplo na eleição de 2015). Por outro lado, não só a crise influencia aos cidadãos. Muito pelo contrário, o bom desempenho econômico recebeu o apoio dos eleitores. Cristina Kirchner foi eleita nos anos 2007 e 2011 com grande influência do crescimento econômico atingido nos períodos prévios.

Ambas as coligações, com seus modelos econômicos, levaram a crises profundas no setor externo da economia. Consequentemente, ambas as coligações justificaram os seus fracassos de forma semelhante achando que seu principal erro foi devido à falta de poder político suficiente para realizar seus projetos. Os analistas políticos, portanto, argumentam que a solução era apenas política: bastaria com alcançar o poder político suficiente, permanecer e dar frutos.

A hipótese principal deste trabalho é que essa visão é errônea. Ambas as coligações falharam, na aplicação das suas políticas públicas, porque seus pacotes econômicos resultaram inadequados para a realidade da Argentina que tem uma Estrutura Produtiva Desequilibrada e cujo principal problema econômico são as restrições externas. Nada impedia para que as alianças governantes desenhassem estratégias para o longo prazo e para superar as limitações da estrutura econômica. Por outro lado, as coligações governantes tiveram como objetivo central a procura de benefícios de curto prazo, a traves de transferências desde setores rivais para os setores que formam a aliança governante, dessa forma impediram uma saída baseada em políticas de consensos.

Nossa hipótese foi confirmada já que existe um consenso na literatura argentina de que a causa das crises se deve a limitação externa da economia, ainda que o problema não tenha sido assumido pelas políticas públicas das alianças governantes. Estes erros provocaram as crises e a perda de apoio dos atores sociais, e da população em geral.

A segunda hipótese, a vigência do voto econômico na sociedade argentina também foi confirmada. Se comprovou que as crises provocaram mudanças nos atores que compõem o bloco no poder e as alianças governantes perderam apoios. Enquanto a população, de acordo com a bibliografia, dados e pesquisas analisadas resultou claro que os cidadãos exerceram uma accountability vertical eleitoral durante o período 2003-2019. Por conseguinte, a população não apoiou os governos com maus desempenhos econômicos na hora de votar. Pelo contrário, nos períodos de expansão econômica, os presidentes não tiveram problemas de ser reeleitos.

O problema que devia resolver o trabalho era explicar a falta de viabilidade das políticas econômicas que decidiram implementar as duas coalizões e que por conseguinte provocaram as crises econômicas e as derrotas eleitorais dessas coalizões. A resposta ao problema surgiu ao longo da dissertação. Neste sentido, se demonstrou que as políticas públicas implementadas não foram desenhadas para um país como a Argentina com uma Estrutura Produtiva Desequilibrada (EPD) que provoca uma escassez crônica de divisas estrangeiras. As coalizões que conseguiram o poder não deram ao fenômeno a importância que mereceu, não mobilizaram o esforço social para superá-lo através de uma estratégia múltipla de geração e economia de moedas.

Os países com essas características, na medida em que, suas políticas não se dirigem a equilibrar sua estrutura produtiva tem que enfrentar as recorrentes crises na balança de pagamentos ou inadimplência internacional, (caso os problemas na balança sejam resolvidos com dívidas internacionais do estado). Por outro lado, e como consequência do expressado neste parágrafo, resulta claro que as coalizões que elaboram esses pacotes de medidas tiveram apenas objetivos e interesse de curto prazo. Todo isto provocou as crises recorrentes que debilitaram a aliança governante pela reconfiguração dos seus membros e a perda de apoio popular cujo final foi a derrota eleitoral e a perda de poder.

Estas sucessivas crises econômicas e políticas explicam a instabilidade política e desenvolvimento errático da Argentina.

A metodologia seguida partiu da ideia de que antes de analisar e comparar as crises e as respostas realizadas pelos diferentes governos, era necessário que o trabalho estabelecesse dois tipos de marcos já desenvolvidos por autores reconhecidos.

Por um lado, foi necessário expressar de forma breve e organizada uma tipologia das possíveis opções políticas para as crises argentinas. Trata-se de definir as opções políticas, uma vez que facilitam as comparações entre os diferentes modelos econômicos que surgem em resposta às crises em análise.

Agora, uma vez que as opções de política foram descritas, a pesquisa se concentrou em quais opções foram preferidas em cada uma das crises. Ou seja, foi feita uma análise de cada uma das opções que foram aplicadas a cada uma das crises por aqueles que tiveram o poder político de fazê-lo.

Por outro lado, há um conjunto de explicações para interpretar a escolha entre as opções descritas. Assim, surge um conjunto de argumentos competitivos nas ciências sociais, explicações sobre a força dos atores sociais e as coligações, a estrutura do Estado, as ideologias e o contexto internacional. De fato, somente quando as escolhas e explicações são adotadas com ordem pode-se alcançar certa precisão a respeito de uma realidade desordenada, para mostrar o que aconteceu e depois tentar uma interpretação.

A abordagem comparativa tem sido pouco desenvolvida no campo dos estudos da história econômica argentina recente. Essa abordagem de análise dos fenômenos históricos, permitiu ampliar o horizonte de questões e problemas. Também, a possibilidade de interpretá-los melhor, distinguindo, entre outras coisas, os riscos de "falsas semelhanças" ou de "causas falsas", reconhecendo a existência de influências mútuas e / ou a ação de fatores comuns. Privilegiamos essa chave de inquérito, e a partir da comparação, se fortaleceu a compreensão dos casos analisados, reconhecendo as singularidades e semelhanças nas respostas da economia política que ocorrem na Argentina às crises entre os anos 2001 – 2019.

Diante da metodologia seguida, percebe-se que as limitações do trabalho surgiram da constatação que só existem poucos estudos a respeito do voto econômico na Argentina para o período analisado. Ainda que, esses estudos constatem a importância do voto econômico, principalmente devido a instabilidade econômica e recorrentes crises, a quantidade dos mesmos resultou um problema. Inclusive respeito as eleições de 2015 para presidente, não foram achados nenhum estudo ao respeito. Por outro lado, os estudos das coligações na argentina sua composição e mudanças também são escassos<sup>43</sup>. Outra limitação foi a impossibilidade de criar as próprias estadísticas sobre as eleições. Também, constitui uma restrição o fato de não ter realizado estudos comparativos com outros países com EPD.

Atento as limitações expressadas, uma das questões que seria interessante desenvolver em estudos futuros, como recomendação, seja entender a razão pela qual as duas coligações, que disputam o poder em Argentina, não tentaram desenvolver planos econômicos com objetivos de longo prazo, para suas políticas públicas, a partir de um consenso. Com políticas

---

<sup>43</sup>O autor Eduardo Basualdo fez um grande esforço no estudo do comportamento das alianças e dos atores sociais e são um referente neste trabalho.

de curto prazo não resulta possível uma dominação política sólida nem o desenvolvimento econômico. Como surge do trabalho, a dimensão política também tem influência na estrutura econômica e encontrar essas relações resulta um desafio para o futuro.

Não se pode deixar de considerar que o processo eleitoral também serve de estímulo para as decisões de política econômica tomadas a curto prazo, uma vez que o voto econômico tende a ser muito recorrente na Argentina. Cabe considerar ainda o que a literatura de voto econômico, chama de oportunismo eleitoral, quando mandatários alteram artificialmente a economia de modo a postergar resultados indesejados para depois da eleição e garantir a reeleição ou a eleição de seu partido e coligados. As eleições intermediárias para composição do Congresso Nacional estimulam o oportunismo eleitoral. Neste estudo, houve várias situações de que sustentar a economia até a eleição intermediária, nem sempre conseguiu manter bons índices.

Outro ponto interessante seria entender por que a população não exige políticas de longo prazo através da formação de consensos no bloco de poder e na classe política. A pergunta a resolver seria se a formação de consensos não se encontra presente na cultura política da população. A falta de consensos se percebe nas transferências econômicas que de um setor a outro se configuram com os planos econômicos diametralmente opostos das coligações. Isto provoca que a luta política seja cada vez mais impetuosa.

Finalmente, seria de muito proveito estudar países que a partir de EPD atingiram uma dominação política estável e o desenvolvimento com o propósito de comparar com o caso argentino. Isto também permitiria prever o tipo de tensões que se gerariam no bloco de poder, caso Argentina atingisse essa dominação política ampla e um crescimento econômico sustentado.

## REFERÊNCIAS

ARBELÁEZ, Alejandro Cortés. El concepto de accountability: una mirada desde la ciencia política. **Cuadernos de Ciencias Políticas**, Medellín, n. 6, p. 15-25, out. 2014.

BASUALDO, Eduardo. **Endeudar y fugar**: Un análisis de la historia económica argentina, desde Martínez de Hoz hasta Macri. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017, 2018 e 2020 .

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de economía política**: Los patrones de acumulación, de los clásicos al neoliberalismo del siglo XXI. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema Político y modelo de acumulación**. Buenos Aires: Atuel, 2011.

BOTANA, Natalio; **El orden conservador**, Buenos Aires, Sudamericana; 1977.

BRIL MASCARENHAS, Tomás; **La “naturaleza” cíclica de la Argentina y la economía política de las coaliciones**; Escuela de política y Gobierno, UNSAM, 2017.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P; MILLER, W. e STOKES, D. E.: **The American Voter**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO Enzo; **Dependencia y desarrolloem América Lantina**, México, Siglo XXI, 1969

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 12, n. 35, out. 1997. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69091997000300004>>. Acessoem: 13/03/20.

COLOMBINI NETO, Iderley, Auge e declínio do neodesarrollismo argentino, **Economia e Sociedade**, Campinas, v.25, n.2 (57), p. 401-428, ago. 2016

DIAMAND, Marcelo. La estructura productiva desequilibrada argentina y el tipo de cambio. **Desarrollo Económico**, [S.L.], v. 12, n. 45, p. 25-49, abr. 1972. JSTOR. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/3465991>>. Acesso em: 12/01/20.

\_\_\_\_\_. **El péndulo argentino: ¿empate político o fracasos económicos?**, 1983

\_\_\_\_\_. **Doctrinas Economicas, Desarrollo e Independencia**; Editorial Paidos; Buenos Aires; 1973.

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos Federico, **Ensayos sobre la historia económica argentina**, Buenos Aires, Amorrortu, 1978

DOWNS, A., **An economic theory of democracy**. New York: Harper& Row, 1957.

ETCHEMENDY, Sebastián. La economía política del neoliberalismo. Empresarios y trabajadores en América Latina, España y Portugal. **Revista Saap**, Buenos Aires, v. 9, n. 2, p. 404-406, nov. 2015.

GERCHUNOFF, P; LLACH, L. **El ciclo de la ilusión y el desencanto: políticas económicas argentinas de 1880 a nuestros días.** Buenos Aires: Crítica, 2018.

GOUREVITCH, Peter. **Políticas Estratégicas en Tiempos Difíciles.** San Diego: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GRIMSON, Alejandro; **Que es el Peronismo;** Siglo XXI, Buenos Aires, 2019.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Revolución y guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla,** Buenos Aires, Siglo XXI, 2005.

KAUFMAN, Robert R.; Cambio Industrial y Gobierno Autoritario en America Latina: un análisis concreto del modelo burocratico-autoritario; pag 169-258 en: Collier, David (compilador) **El Nuevo Autoritarismo en America Latina;** Fondo de Cultura Economica, 1985.

KICILLOF, Axel; ÁLVAREZ AGIS, Emmanuel et al., La **Anatomía del nuevo patrón de crecimiento y la encrucijada actual.** La economía argentina en el período 2002-2010; Centro de Estudios para el Desarrollo Argentino (CENDA), buenos aires; 2010.

KRUGMAN, Paul, **De vuelta a la economía de la gran depresión y la crisis de 2008,** grupo editorial norma, Bogotá, 2009.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B. y GAUDET, H.: **The people's choice.** How the voter makes up his mind in a presidential campaign. Nueva York: Columbia University Press, 3ª ed. (1968) [1944].

LEWIS-BECK, Michael. S. **Economics and elections:** The major western democracias, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LEWIS-BECK, Michael. S. y MARY STEGMAIER. **The Economic Vote in Transitional Democracies.** Journal of Elections, Public Opinion and Parties, 18: 303-323, 2008.

LEWIS-BECK, Michael. S; RATTO, Maria Celeste. Economic voting in Latin America: a general model. **Electoral Studies,** [S.L.], v. 32, n. 3, p. 489-493, set. 2013. Elsevier BV.

LIPSET, S. M. y ROKKAN, S. (1967): Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: Cross-National Perspectives. En S. M. Lipset y S. Rokkan (eds.): **Party Systems and Voter Alignments:** Cross-National Perspectives, New York: Free Press, 1967.

MANGONNET, Jorge et al. Local Economic Voting and the Agricultural Boom in Argentina, 2007–2015. **Latin American Politics and Society,** [S.L.], v. 60, n. 3, p. 27-53, 28 maio 2018. Cambridge UniversityPress (CUP)

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A. y STOKES, S.: “Introduction” y “Elections andrepresentation”, en B. Manin, A. Przeworski y S. Stokes (eds.): **Democracy, accountability and representation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MURILLO, María Victoria *et al.* Argentina: el protagonismo de los votantes y la alternancia electoral. **Revista de Ciencia Política** (Santiago), [S.L.], v. 36, n. 1, p. 3-26, abr. 2016.SciELO Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID).

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapuntos**: ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Barcelona: Ediciones Pai dos Iberica, 1997.

\_\_\_\_\_. La muerte lenta de la democracia, **Página 12**, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modernización y Autoritarismo**, Paidós, Buenos Aires, 1972

\_\_\_\_\_. Una mirada y una propuesta sobre la crisis que sacude al país, **Página 12**, marzo del 2001

\_\_\_\_\_. **Accountability horizontal**: la institucionalización legal de la desconfianza política. *Revista Española de Ciencia Política*, 11-31, 2004.

OSZLAK, Oscar **Formación histórica del estado en América Latina**: elementos teórico-metodológicos para su estudio, Estudios CEDES, vol.1, N° 3, 1978.

\_\_\_\_\_. Reflexiones sobre la formación del estado y la construcción de la sociedad argentina, **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Vol. XXI, 1982, Enero-Marzo: Buenos Aires, Argentina, 1982.

\_\_\_\_\_. **Orden y progreso: Ensayos sobre la formación histórica del estado argentino** (mimeo, de próxima publicación);1981.

POULANTZAS, N (1985) **O Estado, o poder e o socialismo**, Rio de Janeiro/RJ: Graal

\_\_\_\_\_. (1977) **Poder político e classes sociais**, São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1982) O Estado, o poder e nós. In BALILAR, E & POULANTZAS, N (Org). **Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70.

RAPETTI, Martin; **Conflicto distributivo y crecimiento en Argentina**, 2016.Disponível em: <<http://iosapp.boletintechint.com/Utils/DocumentPDF.ashx?Codigo=eaf7e7d6-a778-4530-b503-af5f738f5572&IdType=2>>. Acesso em: 15/01/20.

\_\_\_\_\_. e GERCHUNOFF, Pablo La economía Argentina y su conflicto distributivo estructural (1930-2015) **El Trimestre Económico**, vol. LXXXIII (2), núm. 330, abril-junio de 2016, pp. 225-272.

RATTO, María Celeste. Accountability and economic vote in Latin America: a study of electoral behaviour between 1996 and 2004. **Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública**, Guanajuato, v. 2, n. 1, p. 67-98, jan. 2013.

\_\_\_\_\_. El proceso de atribución de responsabilidades en América Latina: un estudio sobre el voto económico entre 1996 y 2004. **Revista Saap**, Buenos Aires, v. 5, n. 1, p. 59-92, maio 2011.

\_\_\_\_\_. Entre la Teoría y la Praxis: tensiones del diseño institucional argentino. *Tramas: Revista de política, sociedad y economía, Resistencia*, n. 1, p. 41-61, dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Ideología, votantes y partidos: el espacio ideológico de la competencia partidaria en la argentina. *Question*, [S.L.], v. 1, n. 60, p. 105-127, 28 out. 2018. Universidad Nacional de La Plata.

\_\_\_\_\_. Otra vez la economía.: la influencia de la agenda económica en las elecciones 2019. *Más Poder Local*, Murcia, n. 40, p. 38-45, jan. 2020.

\_\_\_\_\_. ¿Rechazo a la democracia o al partido de gobierno?: despejando el camino para el estudio de la accountability electoral o algunas reflexiones sobre la relación entre crisis económica y voto en los últimos 30 años. *Revista Saap*, Buenos Aires, v. 7, n. 2, p. 365-377, nov. 2013.

\_\_\_\_\_. *et al.* Rendición De Cuentas En Las Democracias En Desarrollo: el votante latinoamericano. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 35, n. 3, p. 463-488, 2015.

\_\_\_\_\_. e MONTERO, José Ramón. Modelos De Voto En Argentina: las elecciones presidenciales de 2007. *Postdata*, Buenos Aires, v. 18, n. 2, p. 323-364, out. 2013.

SALVIA, Sebastián. Alianzas de los empresarios industriales en la crisis del neoliberalismo en Argentina. *Revista de Sociología e Política*, [S.L.], v. 25, n. 62, p. 93-113, jun. 2017. Fap UNIFESP (SciELO).

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *Política británica en el Río de la Plata*, conabip (edición especial), Buenos Aires, 2009

SCALETТА, Claudio. *La recaída neoliberal: la insustentabilidad de la economía macrista*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.

TAGINA, María Laura. Controlando al gobierno a través de las urnas: un análisis del caso argentino entre 1995 y 2005. *Revista de Ciencia Política*, v. 50, n. 1, p. 111-144, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Factores contextuales, predisposiciones de largo plazo y accountability electoral en Argentina en tiempos del Kirchnerismo. *Política y Gobierno*, v. 19, n. 2, p. 343-375, set. 2011.

\_\_\_\_\_. *Los Argentinos Ante Las Urnas: un análisis del comportamiento electoral entre 1984 y 2007*. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2013.

VERBITSKY Horacio, ¿Burguesianacioqué?, *Página 12*, 1 de agosto de 1999.

\_\_\_\_\_. Burguesia nacional u oligarquía transnacional, *Página 12*, 23 de noviembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Luces de la Ciudad, *Página 12*, 13 de enero de 2002.

VOMMARO, Gabriel. Estado y alianzas..., cuarenta años después Elementos para pensar el giro a la derecha en Argentina. *Revista de Ciencias Sociales*, [S.L.], v. 33, n. 47, p. 43-60, 6 jun. 2020.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Rev. Econ. Polit.** SãoPaulo, v. 34, n. 1, p. 39-60, Mar.2014.